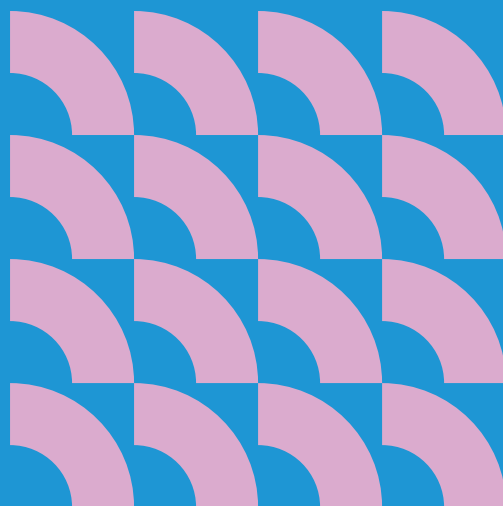
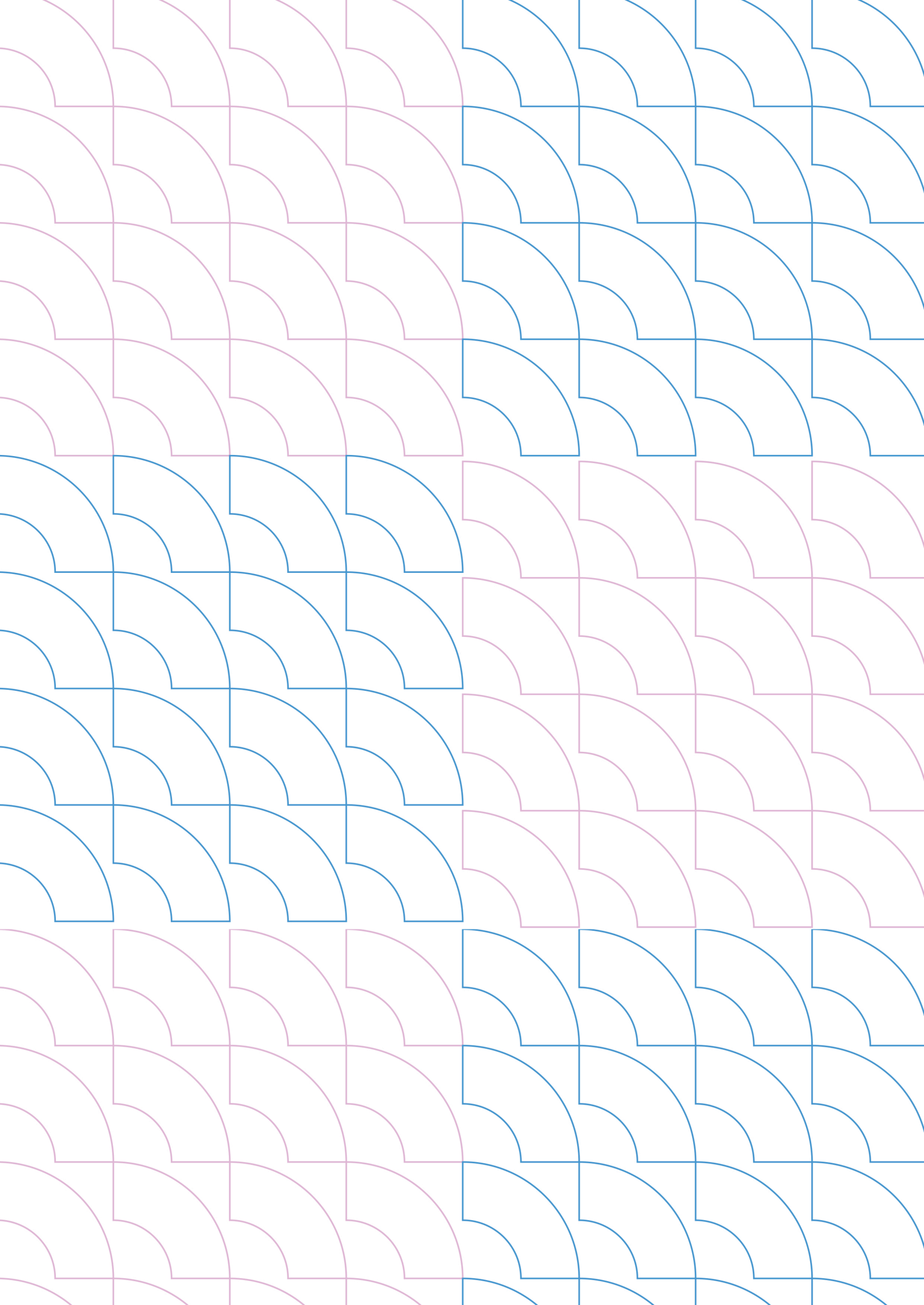


Direitos Autorais: Cadernos de Teses e Dissertações





FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO

Allan Rocha de Souza
Luca Schirru

COLABORAÇÃO

Leon Queiroz Ramos
Luís Henrique Mageste
Marcelo Pereira Franco

REALIZAÇÃO

IBDAutoral



Esta obra está sob licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Direitos autorais [livro eletrônico] : cadernos de teses e dissertações / coordenação Allan Rocha de Souza, Luca Schirru ; colaboração Leon Queiroz Ramos ; Luís Henrique Dutra Mageste ; Marcelo Pereira Franco. -- Rio de Janeiro, RJ : IBDAutoral, 2023.
PDF

ISBN 978-65-998767-1-4

1. Direitos autorais - Brasil 2. Dissertação e tese 3. Propriedade intelectual - Leis e legislação - Brasil 4. Trabalhos acadêmicos I. Souza, Allan Rocha de. II. Schirru, Luca. III. Ramos, Leon Queiroz. IV. Mageste, Luís Henrique Dutra. V. Franco, Marcelo Pereira.

23-157312

CDU-347.78

Índices para catálogo sistemático:

1. Direitos autorais : Direito civil 347.78

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. PARTE I: TESES	7
2.1 Proconstrução dos direitos autorais pela perspectiva dos direitos humanos para uma economia criativa inclusiva na cibercultura.....	8
2.2 O direito de acesso aos dados sobre obras musicais e fonogramas: blockchain, distribuição direta e domínio público no ambiente digital.....	9
2.3 Os Direitos Culturais e as Obras Audiovisuais cinematográficas: entre a proteção e o acesso.....	10
2.4 Limitações aos direitos do autor: releitura na perspectiva do direito civil contemporâneo.....	11
2.5 O abuso do direito autoral.....	12
2.6 Mídia e Propriedade Intelectual: A Assimetria da Eficácia do Marco Normativo Pós-TRIPS e a Indústria Televisiva.....	13
2.7 Vedação à cessão de direitos autorais: uma abordagem constitucional e culturalista.....	14
2.8 A Função Social do Direito de Autor e sua Regulamentação no Brasil.....	15
2.9 Gestão coletiva e remuneração do autor: novas perspectivas.....	16
2.10 Crítica cibernética à proteção autoral.....	17
2.11 A sobreposição de direitos de propriedade intelectual no software: coexistência entre direito de autor e patente na sociedade informacional.....	18
2.12 Direito Autoral e Inteligência Artificial: Autoria e Titularidade em Produtos da IA.....	19
2.13 Objeto e Limites da Proteção Autoral de Programas de Computador.....	20
2.14 A arte nas armadilhas dos direitos autorais: uma leitura dos conceitos de autoria, obra e originalidade.....	21
2.15 Reconstrução do Debate Legislativo sobre Direito Autoral no Brasil: os anos 1989-1998.....	22
2.16 Cultura, Poder e Democracia: O Lobby das Indústrias Criativas sobre Políticas de Direitos Autorais no Brasil.....	23
2.17 Licença de uso de marca e outros sinais no Brasil.....	24
2.18 Abertura e compartilhamento de dados de pesquisa subjacentes a artigos científicos: questões do direito autoral.....	25
2.19 A Cumulação de Direitos de Marcas e Direitos Autorais e seus impactos nas políticas públicas de acesso ao conhecimento.....	27
2.20 Violações a direitos de autor: o plágio em perspectiva crítica.....	28

2.21 Sociedade informacional, direitos autorais e acesso: o problema das licenças compulsórias de obras literárias esgotadas no Brasil.....	29
2.22 O Domínio Público no Direito Autoral Brasileiro - Estrutura e Função.....	31
2.23 Comunicação científica e direitos autorais: o acesso aberto e o avanço da pirataria.....	32
3. PARTE II: DISSERTAÇÕES	33
3.1 A Biblioteca Pública Digital: Direito Autoral e Acesso na Sociedade Informacional.....	34
3.2 A Função Social dos Direitos Autorais: Uma Interpretação Civil-Constitucional dos Limites da Proteção Jurídica. Brasil: 1988 – 2005.....	35
3.3 A gestão coletiva de direitos de autor no Brasil e União Européia: o princípio da transparência no ambiente digital.....	36
3.4 Know how e poder econômico.....	37
3.5 A proteção autoral das músicas e o acesso à cultura: um panorama da nova legislação brasileira e a reformulação do ecad.....	38
3.6 A exploração comercial dos direitos conexos do ator - um estudo sobre a possibilidade de cessão destes direitos na obra audiovisual.....	39
3.7 O Direito de Autor na Multimídia.....	40
3.8 Acesso às obras fonográficas na sociedade informacional: as relações com o sistema internacional de direito autoral.....	41
3.9 Ressurreição Digital: As consequências jurídicas da recriação digital post mortem de artistas e intérpretes.....	42
3.10 Direitos Autorais e a Política Pública de Fomento Indireto de Obras Audiovisuais Cinematográficas.....	43
3.11 Antropofagia digital: a questão autoral no tempo do compartilhamento.....	44
3.12 Usos Transformativos na Obra Audiovisual Documental: entre a liberdade de expressão cultural e a proteção dos direitos autorais.....	45
3.13 'Sobre Ombros de Gigantes': Open Access, Creative Commons e o Cenário dos Periódicos Brasileiros de Direito.....	46
3.14 Impacto das inovações em serviço no mercado brasileiro de música: o caso da tecnologia streaming.....	47
3.15 A Viabilidade Legal da Engenharia Reversa de Programas de Computador no Brasil sob a Legislação Autoral e o seu Potencial como Fonte de Inovação.....	48
3.16 A Tutela Jurídica de Trabalhos Criativos Feitos por Aplicações de Inteligência Artificial no Brasil...49	
3.17 O Direito de Autor na Obra Jornalística.....	50
3.18 Implicações Políticas e Jurídicas dos Direitos Autorais na Internet.....	51

3.19 Direito de autor, limites e interesse público.....	52
3.20 Mineração de dados, Big Data e direitos autorais no Brasil.....	53
3.21 Direito de autor no desenho industrial.....	54
3.22 A Autoria das Obras Autonomamente Geradas por Inteligência Artificial e o domínio do público.....	55
3.23 Função social da propriedade intelectual: compartilhamento de arquivos e direitos autorais na CF/88.....	57
3.24 Marco Civil e Reforma da Lei de Direitos Autorais: a relação entre sociedade e Estado no meio cibernético.....	58
3.25 Os Direitos autorais como fator de desenvolvimento da economia criativa.....	59
3.26 Direitos Autorais na Internet e o Uso de Obras Alheias.....	60
3.27 A adoção do modelo de Recursos Educacionais Abertos no Programa Nacional do Livro e do Material Didático.....	61
LISTA DE TRABALHOS CLASSIFICADA POR AUTOR E TRABALHO.....	62

INTRODUÇÃO:

Temas de Direitos

Autorais

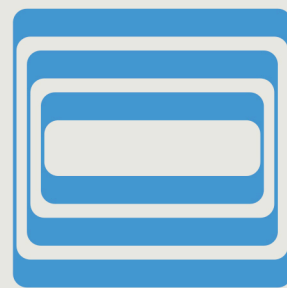
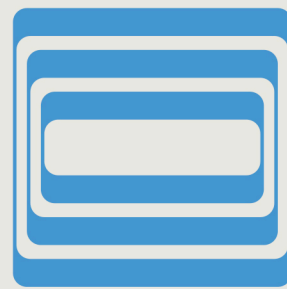
O [IBDAutoral](#) é um Instituto de pesquisas e ensino sobre direitos autorais e temas afins. Dentre os projetos desenvolvidos, criamos o Observatório Nacional de Direitos Autorais ([ONDA](#)) que tem como objetivo reunir e disponibilizar publicamente conteúdos sobre direitos autorais, incluindo temas conexos e transversais.

Dentre os diversos materiais disponibilizados, reunimos no [Banco de Teses e Dissertações](#) um conjunto de trabalhos de qualidade sobre aspectos variados dos direitos autorais e propriedade intelectual e disponibilizamos este material em acesso aberto, conforme autorização dos autores. Algumas das teses e dissertações disponíveis são raras e de difícil acesso. Então, é possível encontrar algumas que antes só estavam disponíveis de forma física, muitas vezes apenas nas bibliotecas das universidades.

A fim de avançar na divulgação do conhecimento ali contido e facilitar o acesso a essas pesquisas, resolvemos reunir todas em um só documento, que é o primeiro Caderno de Teses e Dissertações do ONDA, contendo os 50 trabalhos disponibilizados em nosso site, organizados por tipo de documento, autor e data.

Além disso, queremos lembrar que estamos abertos ao envio de novos trabalhos a serem disponibilizados em nosso observatório para expandirmos ainda mais esse espaço de conhecimento compartilhado. E para que sua tese ou dissertação seja publicada, basta enviar o seu material pelo e-mail ibdautoral@ibdautoral.org.br.

Aproveitem a leitura!



PARTE I:

Teses

Tipo: Tese de Doutorado

Título: Proconstrução dos direitos autorais pela perspectiva dos direitos humanos para uma economia criativa inclusiva na cibercultura.

Autor: Alexandre Henrique Tavares Saldanha

Ano: 2016

Orientador: João Paulo Fernandes de Souza Allain Teixeira

Universidade: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Resumo: Este trabalho tem como tese principal a extinção dos direitos patrimoniais de autor, tendo em vista os direitos humanos no contexto da cibercultura e as transformações tecnológicas, no intuito de promover inclusão econômica pelo caminho da liberdade de criação. A pesquisa não envolveu profunda análise de casos, nem foi feita pesquisa quantitativa. Por meio de levantamento bibliográfico são apresentados argumentos que demonstram a inadequação das restrições de acesso à cultura e à participação econômica promovidas pelo tradicional sistema de direitos autorais perante comportamentos e exigências sociais inerentes à cultura digital e as práticas com base na rede mundial de computadores. O objetivo da tese é propor uma reformulação dos direitos autorais sem a presença de seus aspectos patrimoniais para assim alcançarem suas funções socioeconômicas, apresentando para tal o argumento dos direitos humanos. Estes últimos são apresentados como motivo pelo qual tais direitos do autor devem ser abolidos, ao mesmo tempo que são apresentados como parâmetro de sua reconstrução. Resultados numéricos não são alcançados, considerando a natureza da pesquisa. Mas, conclusões são alcançadas no sentido de ver adequação da proposta, principalmente pela sua natureza democrática e pelas inevitáveis transformações econômicas que surgirão com próximas transformações na internet e demais tecnologias da informação, a exemplo dos impactos a serem produzidos pela internet das coisas e pela impressão em 3D. A extinção dos direitos patrimoniais de autor poderá trazer benefícios coletivos, sejam de natureza econômica, pela criatividade, sejam de natureza pessoal, pelo enriquecimento cultural.

Palavras-chave: autor, direitos patrimoniais, limitações;

Tipo: Tese de Doutorado

Título: O direito de acesso aos dados sobre obras musicais e fonogramas: blockchain, distribuição direta e domínio público no ambiente digital

Autor: Alexandre Ricardo Pessler

Ano: 2020

Orientador: Marcos Wachowicz

Universidade: Universidade Federal do Paraná - UFPR

Resumo: Obras musicais e fonogramas protegidos por direitos autorais usualmente apresentam multiplicidade de titulares - autores, editores, produtores fonográficos, intérpretes e músicos executantes. Cada um destes atores pode, por sua vez, transacionar seus direitos patrimoniais com terceiros, sem necessidade legal de registro da transação. Os sistemas de registro existentes são mantidos predominantemente pelas entidades de gestão coletiva, e o acesso aos dados é franqueado a seus próprios titulares e autoridades, mas não ao público. Tais fatores criam uma dificuldade na determinação dos titulares corretos de obras ou fonogramas, o que pode impedir ou diminuir o interesse em seu uso, dificultar sua remuneração adequada, criar entraves na determinação de seu estatuto perante o domínio público, e inviabilizar hipóteses de distribuição direta de direitos, em especial em relação aos usos digitais. A hipótese analisada nesta tese é que os dados sobre titularidade de obras e fonogramas constituem bens comuns - commons, recursos pertencentes a ou afetando o todo de uma comunidade, e como tais devem estar sujeitos a regras transparentes em relação ao seu acesso e gerenciamento. A metodologia aplicada utilizou o método de abordagem dedutivo, o procedimento monográfico e as técnicas de pesquisa bibliográfica e exploratória. Os resultados parciais obtidos demonstraram que a utilização de tecnologias de ledgers distribuídos, como a blockchain, tornam possíveis a criação de sistemas descentralizados de registros de obras e fonogramas, dotados de sistemas de governança com tomadas de decisão democráticas ou participativas. A conclusão principal da tese é que a materialização do direito de acesso aos dados sobre obras e fonogramas, previsto em lei e declarado pelo Supremo Tribunal Federal, permite o mapeamento das obras e fonogramas e seu status jurídico, e se demonstra como fundamental tanto para a criação de mecanismos de remuneração direta quanto na construção do domínio público positivo.

Palavras-chave: domínio público; inclusão em fonogramas; registro; execução musical;

Tipo: Tese de Doutorado

Título: Os Direitos Culturais e as Obras Audiovisuais cinematográficas: entre a proteção e o acesso

Autor: Allan Rocha de Souza

Ano: 2010

Orientador: Heloisa Helena Barboza

Universidade: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Resumo: Este trabalho consiste em analisar a legalidade da exibição pública da obra audiovisual cinematográfica, sem autorização ou pagamento aos titulares, em razão do direito fundamental de acesso à cultura. Faz-se necessário, para tal, verificar o conteúdo e identificar os efeitos dos direitos culturais, tanto no que se refere às políticas públicas de cultura quanto em face das relações inter-privadas. Preliminarmente, discutem-se os conceitos de culturas e suas aplicações no entendimento da sociedade contemporânea. São igualmente apontadas as fontes normativas dos direitos culturais no plano nacional e internacional. Questionam-se, do mesmo modo, os limites ao exercício patrimonial dos direitos autorais que, ao indicar suas bases constitucionais, aponta para a obrigatória extensividade da interpretação dos limites estabelecidos na legislação ordinária especial, em razão dos próprios direitos fundamentais. No desenvolvimento do trabalho, busca-se integrar os dados e reflexões sociais com o exame jurisprudencial e crítica doutrinária. Utilizam-se, complementarmente, os métodos de abordagem hipotético-dedutivos e indutivos, além do método de procedimento funcionalista. A ponderação entre o direito de acesso à cultura e o exercício dos direitos patrimoniais autorais é necessária para solucionar o aparente conflito entre estes direitos. O direito fundamental de acesso à cultura somente pode sofrer restrições que não se contraponham às suas finalidades. As limitações impostas aos direitos autorais devem ser condizentes com a regra dos três passos. As conclusões, que são resultado da ponderação entre os direitos patrimoniais do autor e de acesso à cultura, apontam para a existência de condições que permitem o equilíbrio destas posições jurídicas, preservando, ao máximo, seus respectivos conteúdos. Desta forma, conclui-se que as obras audiovisuais cinematográficas podem, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, ser publicamente exibidas, sem necessidade de autorização prévia ou remuneração, desde que em caráter não-patrimonial e com o objetivo principal de efetivação dos direitos fundamental de acesso à cultura.

Palavras-chave: acesso; obra audiovisual; obras cinematográficas; direitos patrimoniais; produção audiovisual;

Tipo: Tese de Doutorado

Título: Limitações aos direitos do autor releitura na perspectiva do direito civil contemporâneo

Autor: Bruno Costa Lewicki

Ano: 2007

Orientador: Gustavo José Mendes Tepedino

Universidade: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Resumo: A proposta desta tese é uma releitura da disciplina das limitações aos direitos do autor no direito brasileiro. As limitações são o ponto para onde convergem as principais tensões no direito autoral, vez que evidenciam o crescente conflito entre os interesses individuais dos autores – ou, mais propriamente, no contexto atual, os interesses da indústria cultural, que costuma deter a titularidade destes direitos, ao menos em sua feição patrimonial – e os interesses circunstantes. Estes interesses “não-autorais” podem ser imediatamente sociais, como no caso das limitações em favor da educação, ou dirigirem-se primariamente para outros autores, como na permissão do uso transformativo – hipóteses em que também poderão reverter em benefício da coletividade, por conta da difusão da cultura. Parte-se da hipótese de que o direito autoral brasileiro encontra-se em descompasso com os últimos desenvolvimentos do direito privado brasileiro – em especial o reconhecimento da historicidade, da funcionalização e da relativização dos direitos –, à luz dos quais deve se orientar a releitura sugerida. Os dispositivos legais atinentes são analisados não como pontuais manifestações do legislador, mas sim como diferentes emanações de uma mesma preocupação, qual seja, harmonizar os interesses individuais e os coletivos. Para que esta operação de “contextualização” seja completa, contrasta-se a lei brasileira com os tratados internacionais, além de um exame da recente experiência européia e do direito norteamericano, em que o instituto do fair use ocupa um lugar central na conciliação dos interesses conflitantes. São ainda discutidas as muitas propostas correntes de mudança na legislação brasileira, buscando demonstrar que elas, em geral, apenas reforçam os preconceitos que o direito brasileiro nutre pelas limitações. Propõe-se, assim, sem embargo do aprofundamento das discussões sobre os projetos, uma releitura do dado normativo vigente, reinterpretando-o de modo sistemático e axiológico e aplicando-o com atenção às circunstâncias dos casos concretos e de maneira a reafirmar os valores constitucionais que orientam o ordenamento, na necessária tentativa de buscar um reequilíbrio nas relações que permeiam o direito autoral.

Palavras-chave: direito civil; limitações; autoria;

Tipo: Tese de Doutorado

Título: O abuso do direito autoral

Autor: Carlos Affonso Pereira de Souza

Ano: 2009

Orientador: Maria Celina Bodin de Moraes

Universidade: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Resumo: A presente tese se insere em um cenário de transformações pelas quais passa o estudo da propriedade intelectual e, mais especificamente, o direito autoral. Concebido como forma de incentivar a criação intelectual e a difusão de conhecimento na sociedade, através da concessão de um direito de exclusividade sobre as criações, o direito autoral deve balancear os interesses privados na exploração das obras autorais com os interesses públicos relativos ao acesso à cultura e à educação. Tendo-se observado nos últimos cem anos um sucessivo prolongamento do prazo de exploração exclusiva dos direitos patrimoniais, e uma série de medidas que privilegiam os interesses privados em detrimento dos interesses públicos, várias formas de readequação do tema foram sugeridas. O abuso do direito autoral é apresentado, portanto, como instrumento que visa a reequilibrar os diversos interesses presentes na tutela da criação autoral. Para essa finalidade é analisada a construção da teoria do abuso do direito como o exercício do direito fora de sua respectiva função, e a sua positivação no Código Civil de 2002. Enfoque é dado à aplicação do instituto pela jurisprudência em distintas situações, refletindo-se sobre o papel desempenhado pelo abuso na sistemática do Direito Civil Constitucional. Em seguida, é apresentado o cenário de transformações pelos quais atravessa o direito autoral, tendo como guia as funções que devem ser por ele desempenhadas. Por fim, como subsídio para o debate sobre o reequilíbrio do direito autoral, ou seja, para que o mesmo possa desempenhar as suas devidas funções, são estudadas as condutas abusivas da tutela autoral, com destaque para aquelas desempenhadas em relações contratuais, em ações indenizatórias e as que se apóiam em meios tecnológicos de restrição de direitos.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual; direito patrimonial; autor; contratos;

Tipo: Tese de Doutorado

Título: Mídia e Propriedade Intelectual: A Assimetria da Eficácia do Marco Normativo Pós-TRIPS e a Indústria Televisiva

Autor: Cláudio Lins de Vasconcelos

Ano: 2009

Orientador: Antonio Celso Alves Pereira

Universidade: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar as condições de eficácia do marco normativo internacional da propriedade intelectual sobre a atividade econômica da indústria televisiva e de outras indústrias midiáticas cujo negócio central consiste, fundamentalmente, em adquirir conteúdo intelectual a montante, como insumo, e negociá-lo a jusante, como produto, após um processo de beneficiamento de complexidade variável. Nesse contexto, percebe-se que a legislação aplicável é significativamente mais eficaz (ou “efetiva”) no eixo de insumos (B2B) do que no eixo de produtos (B2C) dessas indústrias. São muitas as razões dessa assimetria, mas sua essência está na popularização das tecnologias digitais de cópia, base dos fenômenos contemporâneos da convergência e da interatividade midiática. Nessas condições, e consideradas algumas constantes, a elevação dos parâmetros de proteção intelectual, como a que se verifica desde a adoção do Acordo TRIPS da OMC, em meados da década de 1990, tende a ter um impacto direto sobre os custos de aquisição do conteúdo-insumo, mas não necessariamente sobre as receitas advindas da venda do conteúdo-produto, criando um fator de risco capaz de reduzir os incentivos aos investimentos nessa atividade econômica. Nesse efeito prático, oposto ao teoricamente pretendido pela norma de propriedade intelectual, reside um paradoxo regulatório, que por suas características intrínsecas foi aqui chamado de “paradoxo da eficácia assimétrica”.

Palavras-chave: propriedade intelectual; tratados internacionais; radiodifusão televisiva; obra audiovisual; produção audiovisual;

Tipo: Tese de Doutorado

Título: Vedação à cessão de direitos autorais: uma abordagem constitucional e culturalista

Autor: Eduardo José dos Santos de Ferreira Gomes

Ano: 2018

Orientador: Messias Guimarães Bandeira

Universidade: Universidade Federal da Bahia - UFBA

Resumo: Esta pesquisa ocupa-se em analisar de forma detalhada a constitucionalidade e a lesividade de práticas negociais em que, através de contratos de cessão, a titularidade dos direitos autorais das obras artística, científicas e literárias passa a ser de um terceiro diverso que não o autor criador, normalmente, grupos empresariais. Além da cessão propriamente dita, na área da música, é comum que compositores e autores assinem contratos de edições com editoras musicais visando a divulgação da obra, todavia, embora tenham o nome jurídico de contrato de edição, contêm cláusulas de cessão, fazendo com que, na realidade, o autor perca o domínio sobre a obra. Assim, tendo como ponto de partida a hipótese de que, não obstante, eventualmente autorizadas pela sistemática jurídica brasileira, estas condutas empresariais desvirtuam o Direito de Autor, tendo o uso das próprias regras jusautorais para afastá-lo de sua ratio, que é proteger a obra artística, científica e literária e remunerar o autor de forma a ser um vetor de promoção da cultura. Foram analisados importantes casos judiciais em que o objeto das lides eram contratos de edição entre editoras musicais e autores/compositores, tais como: Zé Ramalho Versus Emi Songs do Brasil Edições Musicais, Sony Music Entertainment e BMG Brasil; Dudu Falcão Versus BMG Music Publishing; e Gilberto Gil Versus Warner Chappel Edições Musicais. Em todos os processos, as editoras alegavam ser as titulares dos direitos autorais das obras dos autores, inclusive opondo contra eles mesmos o direito de uso. Percorridos os caminhos históricos, jurídicos e de temas controvertidos, como a natureza jurídica do direito de autor, sendo proposta neste tópico a Teoria da Simbiose Culturautor, que enquadra o direito autoral como um direito cultural, verificou-se que, de fato, a possibilidade da transmissão no ordenamento jurídico desvirtua o propósito do Direito Autoral; é o verdadeiro pomo da discórdia, pois o autor sempre ficará ligado à obra; onde quer que a obra esteja, o autor estará. Assim, julgou-se que o ideal dos sistemas é aquele em que se proíba a cessão do Direito Autoral, o que foi denominado de Vedação de Orfeu. Por fim, preconizou-se que o bloco de reforma a ser empreendido no Brasil se dê pela regulamentação: das licenças coletivas, como as licenças criativas do sistema americano, as Creative Commons; das licenças individuais exclusivas serem sempre por escrito e por tempo determinado, limitado a cinco anos; da resilição nos contratos entre autores e grupos empresariais; do contrato de gestão e seus limites (em substituição do contrato de edição musical); do contrato de parceria e investimento; e do contrato de cessão, não sendo aprovada a vedação de Orfeu, possível em situações especiais, devendo ser de forma solene e aquiescido por advogado.

Palavras-chave: cessão; obra artística; obra literária; obra científica; edição;

Tipo: Tese de Doutorado

Título: A Função Social do Direito de Autor e sua Regulamentação no Brasil

Autor: Guilherme Capinzaiki Carboni

Ano: 2005

Orientador: Silmara Juny de Abreu Chinelato e Almeida

Universidade: Universidade de São Paulo - USP

Resumo: O direito de autor tem a função social de promover o desenvolvimento econômico, cultural e tecnológico, mediante a concessão de um direito exclusivo para a utilização e exploração de determinadas obras intelectuais por um certo prazo, findo o qual, a obra cai em domínio público e pode ser utilizada livremente por qualquer pessoa. Normalmente, confunde-se a regulamentação da função social do direito de autor com as limitações e exceções ditadas por lei. No entanto, as mesmas não são suficientes para resolver os conflitos entre o direito individual do autor e o interesse público pela livre utilização de obras intelectuais. Por essa razão, a regulamentação da função social do direito de autor deve ser mais abrangente, de forma a abarcar não apenas as limitações previstas em lei, mas também outras limitações relativas à estrutura do direito de autor (restrições intrínsecas) e ao seu exercício (restrições extrínsecas). Como "restrições intrínsecas", deverão ser consideradas as limitações estabelecidas em lei, bem como o próprio objeto e a duração do direito de autor. As "restrições extrínsecas" dizem respeito à aplicação ao direito de autor da função social da propriedade e dos contratos, da teoria do abuso de direito e das regras sobre desapropriação para reedição ou divulgação da obra intelectual. Todas essas restrições têm como intuito regular a função social do direito de autor. Assim, a regulamentação da função social do direito de autor tem como base uma formade interpretação que permite aplicar a esse direito restrições relativas à extensão da proteção autoral (restrições intrínsecas) - notadamente no que diz respeito ao objeto e à duração da proteção autoral, bem como às limitações estabelecidas em lei -, além de restrições quanto ao seu exercício ("restrições extrínsecas") - como a função social da propriedade e dos contratos, a teoria do abuso de direito e das regras sobre desapropriação para divulgação) ou reedição de obras intelectuais protegidas -, visando a correção de distorções, excesso e abusos praticados por particulares no gozo desse direito, para que o mesmo possa cumprir a sua função social de promover o desenvolvimento econômico, cultural e tecnológico.

Palavras-chave: direito autoral (regulação); tratados internacionais; propriedade intelectual;

Tipo: Tese de Doutorado

Título: Gestão coletiva e remuneração do autor: novas perspectivas

Autor: Guilherme Coutinho Silva

Ano: 2018

Orientador: José Augusto Fontoura Costa

Universidade: Universidade de São Paulo - USP

Resumo: Durante o século XVIII, mesmo antes da edição da Convenção de Berna, marco legal do sistema internacional de direito autoral, foram criadas as primeiras sociedades de gestão coletiva de direitos autorais, inicialmente de obras literárias e de dramaturgia. Historicamente, a organização dos autores ocorreu mesmo antes de qualquer previsão legal e ganhou grande relevância com a criação de novas obras autorais, como os fonogramas. A contrapartida a este modelo associativo é que a vinculação entre obra e autor, com forte caráter pessoal e singular, passou a ser mitigada. A arrecadação por gestão coletiva é feita de forma global. Pelo caráter compulsório do pagamento impelido a toda a sociedade, sem a condição de uma verificação do repertório executado que deu razão ao pagamento, muitas vezes a arrecadação incide sobre obras as quais sequer deveria haver cobrança. Já a distribuição não ocorre necessariamente de forma diretamente proporcional à utilização, já que é exigido pagamento mesmo sem a identificação das obras executadas. A necessidade de haver uma discussão científica acerca do tema, diante da posição central que a remuneração pela utilização de obras autorais adquire neste cenário em transformação, é o preceito que justifica o presente trabalho.

Palavras-chave: propriedade intelectual; autor; gestão coletiva; inclusão em fonogramas;

Tipo: Tese de Doutorado

Título: Crítica cibernética à proteção autoral

Autor: Helena Klang

Ano: 2016

Orientador: Erick Felinto Oliveira

Universidade: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Resumo: As novas tecnologias de informação e comunicação provocaram uma explosão de narrativas. Desde a popularização da internet, em meados dos anos 90, e do barateamento dos meios de produção cultural, todo mundo, ou pelo menos quase todo o mundo, pode expressar sua criatividade e compartilhar suas ideias. Não cabe mais somente ao artista o escritor, o músico, o fotógrafo, o cineasta, etc. a produção de sentido sobre o real. Somos todos criadores de ficção. Somos todos autores. A Rede transformou-se no lugar onde se constrói a cultura e se partilha a memória. O digital molda uma nova ordem social, baseada na comunicação em rede, no trabalho colaborativo, na criatividade distribuída. A questão é que grande parte das narrativas são construídas a partir de conteúdos pré-existentes, que ainda estão sob proteção da lei de direito autoral. Neste sentido, esta tese propõe um novo modo de reflexão, comunicacional, sobre o conflito entre o interesse público e o interesse privado no campo dos direitos do autor. A Cibernética, ciência da comunicação e do controle, servirá como chave de pensamento acerca do problema em questão: a pertinência da proteção de

Palavras-chave: domínio público; autor; músico; obra artística; obra literária;

Tipo: Tese de Doutorado

Título: A sobreposição de direitos de propriedade intelectual no software: coexistência entre direito de autor e patente na sociedade informacional

Autor: Heloísa Gomes Medeiros

Ano: 2017

Orientador: Marcos Wachowicz

Universidade: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Resumo: A tutela jurídica das criações intelectuais, por meio de direitos de propriedade intelectual, ganha nova dimensão a partir do desenvolvimento da sociedade informacional. Nesse contexto, a proteção do software se coloca como um dilema, dada sua natureza híbrida, visto que há um bem intelectual que apresenta aspectos literários em seu código e também uma função utilitária na execução desse código para a resolução de uma tarefa ou de um problema técnico. Inicialmente, convencionou-se proteger o software pelo direito de autor, resolução esta que em pouco tempo apresentou lacunas em diversos campos da atuação técnica deste bem. Assim, interpretou-se que também poderia ser tutelado pelo direito de patente mediante invenções implementadas por programa de computador. Desta forma, admite-se dupla proteção: a do programa de computador em si, por meio do direito de autor, e a das soluções técnicas de invenções, por intermédio da patente. Diante deste panorama, o objetivo geral da presente tese é verificar a existência de sobreposição entre os regimes de direito de autor e de patente na proteção do software e, firmada essa possibilidade, sugerir parâmetros jurídicos adequados para harmonizar os dois regimes na sociedade informacional. Salienta-se que a convergência entre os regimes ocasiona sobreposições incompatíveis com o sistema de propriedade intelectual e que, portanto, são necessárias adequações jurídicas pontuais e não exaustivas. Para tal análise, emprega-se o método de abordagem dedutivo, sob o procedimento monográfico, com técnica de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: propriedade intelectual; software; obra intelectual; obra literária;

Tipo: Tese de Doutorado

Título: Direito Autoral e Inteligência Artificial: Autoria e Titularidade em Produtos da IA

Autor: Luca Schirru

Ano: 2020

Orientador: Allan Rocha de Souza

Universidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Resumo: Esta tese objetiva analisar em que medida se aplicam as normas do regime atual de apropriação de obras artísticas, literárias, científicas e programas de computador pelo direito autoral no Brasil, aos produtos da inteligência artificial (“produtos da IA”). Para a persecução dos objetivos aqui propostos, este estudo empregou técnicas da pesquisa qualitativa e teórica, notadamente a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. Nesta tese, a propriedade é analisada a partir de uma perspectiva interdisciplinar, e compreende-se que um eventual regime de apropriação para os produtos da IA deve tratar a propriedade de maneira funcionalizada, a interpretando de forma a ultrapassar os limites do texto legal, permitindo a sua contextualização em uma determinada realidade social. No que concerne especificamente aos direitos autorais, observa-se a progressiva relativização do paradigma antropocêntrico e o questionamento aos fundamentos que um dia justificaram a atribuição de direitos exclusivos sobre uma determinada obra intelectual. Transversalmente, são trabalhados os impactos das novas tecnologias e as transformações relacionadas ao objeto de proteção do direito autoral. Não obstante as alterações no objeto de proteção dos direitos autorais, o que se observa com os produtos da IA é algo inédito: o próprio ato de criar passa a não ser mais exclusivo do ser humano, representando um impacto relevante na já desgastada figura do autor romântico e individual. Considerando a importância de um regime de apropriação que esteja adequado às características do produto de IA e de seu processo de desenvolvimento, são abordados aspectos teóricos e práticos da IA, priorizando a compreensão das tecnologias comumente empregadas e a análise de casos em que a aplicação de tecnologias de IA permitiu o desenvolvimento de produtos que, caso criados por seres humanos, seriam protegidos pelo direito autoral. Observa-se a existência de inúmeras combinações entre diferentes graus de interferência humana, autonomia do sistema e previsibilidade do resultado final. Foram analisados, e categorizados, diferentes modelos de regimes de apropriação para produtos da IA, momento em que se observou a inadequação, mesmo que parcial, de todos os modelos, quando analisados individualmente, seja em aspectos práticos (sua implementação), teóricos (uma inadequação absoluta com os fundamentos dos direitos autorais), ou ao não considerar as peculiaridades dos produtos da IA e as inúmeras e complexas combinações entre os diferentes graus de interferência humana e a autonomia do sistema. Conclui-se, portanto, pela inadequação das normas de direito autoral hoje vigentes para a regulação da apropriação dos produtos da IA e pela necessidade de criação de um regime de apropriação sui generis interno ao sistema de direitos autorais e conexos, para os produtos tradicionalmente protegidos por estes direitos.

Palavras-chave: autoria; titular; propriedade intelectual; obra artística; obra literária; obra científica; programas de computador; inteligência artificial;

Tipo: Tese de Doutorado

Título: Objeto e Limites da Proteção Autoral de Programas de Computador

Autor: Manoel Joaquim Pereira dos Santos

Ano: 2003

Orientador: Fabio Maria De Mattia

Universidade: Universidade de São Paulo - USP

Resumo: Nas três últimas décadas muito se discutiu a respeito do tratamento jurídico do programa de computador. Embora consolidada e harmonizada como opção preferencial, a disciplina do direito de autor aplicada a esta criação se mostra em fase de transição. Isto porque os aspectos controvertidos da proteção autoral ainda não foram equacionados adequadamente, em parte porque são problemas de substância, em parte porque decorrem da própria natureza do regime protetivo. Elemento interessante dessa discussão reside no fato de que os dois sistemas tradicionalmente diferentes, ou seja, o sistema de "common law" ("copyright") e o sistema de tradição romanística ("direito de autor"), se ressentem da mesma dificuldade, qual seja, a de acomodar uma criação técnica dentro dos limites tradicionais do direito de autor. Entre esses aspectos controvertidos, um dos mais relevantes diz respeito à determinação do objeto e dos limites da proteção autoral de programas de computador. A análise dessa questão é fundamental para se determinar se a proteção autoral é efetivamente adequada e suficiente. É esse o objetivo final do presente trabalho. No que se refere à primeira indagação, concluímos que a inserção do programa de computador no âmbito do Direito de Autor teve o efeito de produzir consequências opostas: por um lado, no sentido de uma proteção excessiva na medida em que esta acaba objetivando o conteúdo, com a criação de um sistema de segredo inaplicável às obras intelectuais tradicionais, e, por outro, no sentido de uma proteção insuficiente uma vez que o estatuto autoral reprime a apropriação ilícita da forma de expressão, enquanto o que, no fundo, precisa de tutela legal é o processo ou método (solução técnica) implementado, independentemente da forma expressiva). A constatação de que a insuficiência da proteção autoral a programas de computador decorre essencialmente dos limites naturais do Direito de Autor suscita o exame de alternativas que visem adequar o regime legal aos objetivos perseguidos. Na nossa opinião, mantendo-se a atual configuração do Direito de Autor, que não diferencia as criações de natureza funcional e despersonalizada das obras intelectuais tradicionais, a melhor alternativa seria que o estatuto jurídico dos programas de computador fosse estabelecido em uma legislação específica que regulasse todos os elementos suscetíveis de tutela legal por um direito "sui generis".

Palavras-chave: sistemas de informação; ciência da computação; direito autoral;

Tipo: Tese de Doutorado

Título: A arte nas armadilhas dos direitos autorais: uma leitura dos conceitos de autoria, obra e originalidade

Autor: Marcelo Miguel Conrado

Ano: 2013

Orientador: Eroulths Cortiano Junior

Universidade: Universidade Federal do Paraná - UFPR

Resumo: A reivindicação da autoria e a autonomia da arte surgem com o Renascimento, quando as obras de artes plásticas passaram a conter assinatura. Antes disso, a arte estava vinculada à Igreja ou aos interesses da monarquia. No século XV também surge a invenção do tipo móvel de Gutenberg, possibilitando a impressão mecânica de livros, controlados por meio dos privilégios. Três séculos depois, na Inglaterra, organiza-se a primeira lei moderna de direitos autorais. Em França estes aparecem após a Revolução Francesa. O direito civil recepcionou os direitos autorais como um direito de propriedade, de cunho individual e absoluto; entendimento este que foi ampliado internacionalmente com a Convenção de Berna de 1886. Na segunda metade do século XIX a representação mecânica da imagem, por meio da fotografia, era amplamente utilizada, seguida pela invenção do cinema a partir da última década daquele século. Marx já descrevia a perda das habilidades manuais e nas primeiras décadas do século XX a reprodutibilidade técnica é descrita por Walter Benjamin. A arte do século XX, iniciando com os ready-mades de Duchamp, a pop art, e de modo geral a arte contemporânea faz uso de apropriações, ocasionando uma crise no discurso tradicional dos direitos autorais. Na década de 1960 Foucault escreveu sobre o desaparecimento do autor, ou seja, o declínio da ideia tradicional de autoria. No entanto, os atuais estatutos de direitos autorais ainda estão remetidos ao direito oitocentista, ocasionando uma completa assimetria com os conceitos de autor, obra e originalidade, inteiramente transformados no século XX. Diante disso, há a necessidade de revisitar o conceito de originalidade, bem como de influência, na autoria da arte contemporânea. Da ideia de propriedade, os direitos autorais passaram aos monopólios da indústria cultural, sendo que esta centraliza a produção e distribuição dos bens culturais, devidamente ancorada no discurso dos direitos autorais. Como consequência, os direitos autorais não protegem o autor, bem como não promovem o desenvolvimento artístico-cultural, por estarem fundamentados em direitos meramente individuais. Na perspectiva dos direitos sociais, há que se pensar em um mínimo existencial cultural para promover o acesso à cultura, e assim permitir a reprodução de obras em livros de arte e publicações de interesse histórico ou didático, bem como a inclusão de obras em exposições, mesmo diante da negativa de autorização dos detentores de direitos autorais. Isso deve acontecer com fundamento no interesse público e no direito de acesso aos bens culturais.

Palavras-chave: cultura; acesso; autoria; originador; obra protegida;

Tipo: Tese de Doutorado

Título: Reconstrução do Debate Legislativo sobre Direito Autoral no Brasil: os anos 1989-1998

Autor: Mariana Giorgetti Valente

Ano: 2018

Orientador: José Eduardo de Oliveira Faria

Universidade: Universidade de São Paulo - USP

Resumo: O direito autoral, embora tenha impactos diretos ou indiretos nas vidas de uma grande parcela da população brasileira, é um campo do direito que pouco ultrapassa o âmbito das discussões de "especialistas" ou é compreendido como inscrito em disputas sociais mais amplas. A Lei de Direitos Autorais (Lei n. 9.610/98), que em 2018 completa 20 anos de vigência, é ponto de partida para apaixonadas polarizações. Esta tese reconstrói os debates em torno da aprovação da lei, circunscritos no período entre 1989 e 1998, a partir de um campo interdisciplinar entre a sociologia jurídica e a história crítica do direito. Embora a Lei de Direitos Autorais tenha nascido de um projeto do Senado Federal em 1989, o Projeto Luiz Viana, os debates revolveram em torno não apenas dele, mas também de um projeto imediatamente anterior, o Projeto Genoíno. Os dois projetos expressavam os modelos de direito autoral que se encontravam em disputa naquele momento, e que chamo de modelo de exploração econômica e modelo do autor como criador. Não se identificava, no período, discussão em torno do que viria a ser o maior conflito das décadas seguintes, com a entrada em cena do modelo do acesso ao conhecimento. Os debates entre aqueles dois modelos deram-se em torno de disputas por institutos específicos entre autores, artistas e suas associações representativas, de um lado, e agentes da indústria baseada no direito autoral, de outro, e também de uma complexa trama envolvendo posições defendidas pelo Brasil em política externa, conjuntura geopolítica, distintas concepções sobre a incorporações de tratados no ordenamento jurídico nacional, e pressões do Executivo pelo cumprimento de compromissos assumidos internacionalmente - processos esses que também limitaram o espaço disponível de deliberação. Com a explicitação e análise crítica das posições em disputa naquele momento, pretende-se contribuir para a compreensão do direito autoral como inscrito na política, e para discussões sobre a transformação do direito brasileiro na redemocratização e na virada do século, processo legislativo, direito e transformação tecnológica, e a dinâmica de construção de institutos jurídicos a partir de valores e interesses localizáveis.

Palavras-chave: processo legislativo; autor; criador; acesso;

Tipo: Tese de Doutorado

Título: Cultura, Poder e Democracia: O Lobby das Indústrias Criativas sobre Políticas de Direitos Autorais no Brasil

Autor: Nayara Fátima Macedo de Medeiros Albrecht

Ano: 2019

Orientador: Carlos Augusto Mello Machado

Universidade: Universidade de Brasília - UnB

Resumo: O campo dos direitos autorais é formado por diferentes agentes com distintas perspectivas. A literatura acadêmica sobre as disputas políticas em tal universo costuma dividir os agentes em duas grandes coalizões: uma em prol do fortalecimento da proteção e outra que advoga acerca de mais flexibilizações. Entretanto, trata-se de uma dicotomia que esconde alto nível de heterogeneidade, tendo em vista que cada coalizão é composta por partes interessadas com diferentes graus de recursos econômicos. O objetivo desta tese é analisar as disputas políticas sobre a legislação de direitos no Brasil. Para esse fim, analisei uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados de modo a identificar os principais grupos de interesses no campo, assim como seus posicionamentos e estratégias políticas. A tese dá ênfase em questões relativas ao lobby, uma vez que o trabalho empírico buscou mapear os grupos de interesses e como eles se relacionam com as autoridades parlamentares mediante a atividade de relações governamentais. Foram analisadas dez audiências públicas, com base em transcrições, e realizadas entrevistas com atores chave do processo para confirmar as informações. Por meio da análise de discurso, identifiquei os atores e as perspectivas defendidas, assim como averigui quais grupos tiveram contato direto com os parlamentares no âmbito da Comissão Especial. Ademais, busquei informações sobre a composição dos grupos, das instituições participantes e das trajetórias pessoais dos parlamentares que se pronunciaram em cada audiência. Por fim, analisei o relatório final da relatora da Comissão, assim como outros documentos que fornecessem informações e outros dados relevantes sobre as disputas nesse campo. Mediante o relatório, averigui quais grupos foram atendidos pelos parlamentares e quais foram desconsiderados, além de comparar as atuações políticas dos grupos e das coalizões. A conclusão é que, ainda que a Internet e outras tecnologias novas tenham dado margem à mobilização de novos agentes na disputa, os resultados ainda estão centrados no conflito entre dois grupos de grande porte econômico – a indústria de conteúdo e os usuários comerciais – enquanto outros atores encontram-se sub-representados na esfera pública, sobretudo autores e artistas menos populares e usuários finais. O caso em questão elucida questões pertinentes ao entendimento da própria atividade de lobby no que tange ao seu enquadramento teórico e as possibilidades de interpretação quanto à relação entre tal atividade e o que se entende por “democracia”. A análise confirma que o lobby possui uma relação ambígua com a democracia, uma vez que consiste em instrumento de informação, mas está mais disponível a determinados grupos em detrimento de outros.

Palavras-chave: autoria; artista; artista-intérprete; uso; acesso;

Tipo: Tese de Doutorado

Título: Licença de uso de marca e outros sinais no Brasil

Autor: Newton Silveira

Ano: 1982

Orientador: Mauro Brandão Lopes

Universidade: Universidade de São Paulo - USP

Resumo: Entre os direitos de propriedade intelectual, expressão compreensiva dos direitos de autor e da propriedade industrial, o direito à marca é o mais vacilante, de mais difícil caracterização, sempre sujeito à variações de interpretação doutrinária e jurisprudencial, afora o tratamento casuístico que vem recebendo do legislador. Para começar, sua natureza de bem imaterial vem sendo contestada por uns, enquanto outros autores entendem tratar-se de uma propriedade como qualquer outra, a ela se aplicando, sem exceção, todas as normas do Código Civil que cuidam da propriedade e de seus desdobramentos. Os primeiros entendem ser a marca mero acessório do produto a que se aplica ou elemento componente do complexo de bens que formam o estabelecimento empresarial (azienda), devendo seguir o seu destino como acessório que é. Para a segunda corrente, a marca se incluiria entre as coisas, embora de natureza incorpórea, podendo ser objeto de compra e venda, locação, comodato, usufruto, etc, como objeto de direito em si, independentemente do produto ou do estabelecimento.

Palavras-chave: propriedade intelectual; marca;

Tipo: Tese de Doutorado

Título: Abertura e compartilhamento de dados de pesquisa subjacentes a artigos científicos: questões do direito autoral

Autor: Paulo Cezar Vieira Guanaes

Ano: 2020

Orientador: Sarita Albagli

Universidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Resumo: O objetivo principal desta tese é analisar as implicações do direito autoral aplicável a dados de pesquisa, observando-se o processo de publicação e abertura dos dados de pesquisa subjacentes a artigos de revistas científicas, em particular as do campo da saúde. Inicialmente, incursionar sobre o tema da ciência aberta, evidenciando seus vínculos com o movimento pelo acesso aberto à informação científica e o movimento de abertura de dados de pesquisa, ressaltando os distintos desdobramentos em países centrais e em países em desenvolvimento, especialmente os da América Latina. Para tanto, realizamos pesquisa bibliográfica, sobretudo no repositório PubMed Central, arquivo de acesso gratuito sobre literatura de periódicos biomédicos e de ciências biológicas da Biblioteca Nacional de Medicina do NIH. Também foram consultados livros jurídicos, documentos legais sobre proteção a dados pessoais e direitos autorais da União Europeia e dos Estados Unidos, as leis brasileiras que regulam o direito autoral e a proteção a dados pessoais e a Constituição. A consulta a essa compilação serviu de base a um estudo conceitual sobre direito autoral, não exaustivo, no qual tratamos, entre outros temas, do conteúdo e objeto do direito autoral, seu caráter internacional, as limitações a esses direitos, autoria e propriedade de dados, e proteção a bancos de dados, com especial atenção ao licenciamento de dados. Permitiu também considerações acerca da proteção à privacidade e confidencialidade de seres humanos envolvidos em pesquisa, particularmente os dados sensíveis da pessoa, mais propensos a usos discriminatórios ou lesivos. No intuito de mapear e analisar as políticas de publicação, abertura e compartilhamento de dados de pesquisa e o quadro normativo sobre direito autoral e licenciamento para reúso de dados de revistas científicas, repositórios de dados de pesquisa e agências de financiamento, desenvolvemos duas pesquisas, entre novembro de 2019 e setembro de 2020. A primeira consistiu em uma pesquisa observacional, de cunho qualitativo, nos sites de nove representantes do processo de comunicação da ciência de países centrais: revistas Plos Medicine, theBMJ e Nature Medicine; repositórios Dryad, Figshare e Zenodo; e agências National Institutes of Health, Wellcome Trust/Wellcome Open Research e Bill & Melinda Gates Foundation, em que examinamos as mencionadas políticas e as suas abordagens sobre direito autoral. A segunda tratou-se de uma pesquisa empírica, qualitativa, realizada em duas partes, com dois segmentos do sistema de comunicação científica: editores científicos da Fiocruz, do hot site SciELO Saúde Pública e da UFRJ, que representam, em sua maioria, uma parte do universo de revistas de saúde pública de origem nacional e latinoamericana; e gestores de repositórios nacionais, da Fiocruz, IBICT, Metabusador de dados da Fapesp, UFPR, UFSC, RNP, e do repositório internacional Dryad. O

objetivo foi avaliar a implementação da abertura, compartilhamento e disponibilização em acesso aberto de dados de pesquisa subjacentes a artigos por revistas e repositórios de dados, ouvir e observar como vêm lidando com questões de direito autoral envolvidas. A primeira parte consistiu na autoaplicação de questionário eletrônico enviado por e-mail. A segunda foi efetivada com entrevistas por videoconferência, visando ao aprofundamento dos pontos de discussão contidos no questionário eletrônico. O resultado indica que a temática da abertura de dados subjacentes a artigos e suas implicações com o direito autoral ainda não é tratada como prioridade, apesar de haver projetos de construção de estruturas e de políticas em andamento nessas instituições. Conclui-se que essa nova fronteira da ciência aberta apresenta um estágio avançado em termos de sua proposição como teoria, havendo o endosso de players de peso da comunicação científica, mas prescinde, na prática, de um padrão universal de requisitos para sua operacionalização em larga escala, de um sistema de recompensa que valorize os dados de pesquisa e de um quadro normativo que, no limite, exclua certas categorias de dados e informações científicos da proteção de direitos autorais ou proíba a imposição de restrições ao seu uso.

Palavras-chave: autoria; uso; uso não comercial;

Tipo: Tese de Doutorado

Título: A Cumulação de Direitos de Marcas e Direitos Autorais e seus impactos nas políticas públicas de acesso ao conhecimento

Autor: Patricia Carvalho da Rocha Porto

Ano: 2017

Orientador: Allan Rocha de Souza

Universidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Resumo: A expansão contínua dos espaços de apropriação exclusiva sobre os bens intelectuais pelos direitos de propriedade intelectual - DPI tem propiciado o aumento de casos de regimes de acumulação de DPI sobre um mesmo bem intelectual. Muitas vezes essa acumulação é exercida de forma a não respeitar os modelos e limites de cada regime de DPI individualmente e, não raro, nesses casos, um regime de DPI mitiga ou anula os propósitos e os limites do outro regime acumulado. Tal fato, além de gerar um desequilíbrio no sistema de direitos de propriedade intelectual, viola direitos e interesses maiores e alheios ao sistema. Nesse sentido, relevante se faz o aprofundamento no estudo desse fenômeno e dos seus impactos para o sistema de propriedade intelectual, o interesse público nacional e para as políticas públicas do país voltadas à matéria. Ademais, fundamental é verificar quais os critérios gerais que um regime de acumulação direitos de propriedade intelectual deve observar para ser aceito no ordenamento jurídico nacional. A presente pesquisa, ainda, estudará de forma específica os regimes de acumulação entre direito marcário e direito autoral com o objetivo de verificar como os critérios gerais podem ser aplicados para nortear a adequada proteção do mencionado regime acumulado de direitos.

Palavras-chave: propriedade intelectual; cumulatividade;

Tipo: Tese de Doutorado

Título: Violações a direitos de autor: o plágio em perspectiva crítica

Autor: Rebeca dos Santos Garcia

Ano: 2021

Orientador: Newton Silveira

Universidade: Universidade de São Paulo - USP

Resumo: Esta tese pretende estabelecer o quadro jurídico aplicável ao plágio como violação a direito de autor no direito brasileiro, com apoio em ampla pesquisa de jurisprudência brasileira e de literatura jurídica, bem como multidisciplinar, do Brasil e de outros países (especialmente dos Estados Unidos e da União Europeia). Para traçar esse quadro, objetivamos responder a algumas questões básicas: que é plágio? Quais seus traços característicos? Trata-se de questão jurídica, e com estatutaria jurídica própria? Depois de responder a essas questões, oferecemos uma proposta de delimitação conceitual inicial, a ganhar densidade nos casos concretamente considerados, a partir de parâmetros de análise que buscamos identificar e sistematizar nesta tese. Fizemos esse esforço, desde o início, por meio de uma abordagem historicizada e funcionalizada do direito de autor e de noções que estão em sua base, como originalidade e autoria, especialmente no contexto de uma sociedade cada vez mais digitalizada. Nesse quadro, determinamos que o plágio se caracteriza pela apropriação relevante e desleal (dissimulada) de criação intelectual alheia, com supressão de autoria ou fraude autoral. Nesse sentido, o plágio é uma questão de autoria, de supressão de autoria com (dis)simulação de originalidade. Mas não implica, propriamente, a usurpação da paternidade ou da própria autoria da(s) obra(s) utilizada(s). A usurpação é, efetivamente, da obra preexistente indevidamente utilizada. O plágio, assim, é tipo específico de violação a direito de autor, no limiar da transformação criativa (e de figuras de fronteira como a contrafação e a concorrência desleal). O limite entre a apropriação legítima (transformação criativa) e a violação não é estático e dependerá de análise criteriosa, para a qual sugerimos parâmetros interpretativos. Por fim, apresentamos as sanções aplicáveis uma vez identificado o plágio - as quais devem se concentrar na esfera civil.

Palavras-chave: autoria; obra protegida; reprodução fraudulenta;

Tipo: Tese de Doutorado

Título: Sociedade informacional, direitos autorais e acesso: o problema das licenças compulsórias de obras literárias esgotadas no Brasil

Autor: Rodrigo Otávio Cruz e Silva

Ano: 2020

Orientador: Marcos Wachowicz

Universidade: Universidade Federal do Paraná - UFPR

Resumo: O objetivo da pesquisa consiste em analisar o instituto das licenças compulsórias de direitos autorais como fator de realização do direito fundamental de acesso à cultura, nos casos em que restar evidenciado abuso no exercício do exclusivo de autor. A informação como elemento de transformação individual e coletivo se tomou central para a vida social e econômica no contexto do paradigma pós-industrial. E a informação apropriada pelo indivíduo que origina a criatividade, e esta, ao conceber e sugerir o novo, contribui para o desenvolvimento em todas as suas dimensões. A relação entre informação, novas tecnologias, ambiente digital e propriedade intelectual, concebeu uma realidade que alterou as formas de acesso e de apropriação da cultura, trazendo à tona o debate do controle da informação e a importância da garantia do acesso. Na sociedade informacional a tutela legal da criatividade deve perceber que somente com a garantia do acesso livre a um ambiente de diversidade é possível propiciar o surgimento de novas criações - no entendimento de que diversidade cultural gera novas criatividades - e com elas a promoção do desenvolvimento. Por isso a importância de se garantir a prerrogativa do acesso (à cultura, à educação, à informação e ao conhecimento) no contexto da vida social e econômica da informação. E nesse ponto verifica-se existir uma relação direta entre os direitos autorais, o problema das obras esgotadas, o negócio do livro, o digital, as novas tecnologias, e a questão do acesso. O direito de autor ao reconhecer a criação autoral como um bem intelectual de exaltação do trabalho do criador, institui um regime exclusivo de controle sobre os usos econômicos de obra. Por natureza, a concessão desse poder jurídico ao autor é orientada pelo interesse geral. Assim, a norma autoral ao tempo em que tutela o exclusivo deve garantir o acesso, buscando construir um modelo de harmonia de interesses público e privado. A Convenção da União de Berna (CUB), na revisão de Paris em 1971, incorporou o instituto das licenças compulsórias no âmbito dos direitos autorais. No Brasil, a CUB foi promulgada em 1975, pelo Decreto Executivo 75.699/1975, para que "seja executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém". O Brasil apesar de signatário da CUB não previu na atual Lei dos Direitos Autorais (LDA) o regime das licenças compulsórias, presente na revogada Lei 5.988/1973. Concebido em 1971, o instituto jamais deixou de ser atual. Nos dias de hoje em que a importância do desenvolvimento intelectual do ser humano se mostra mais evidente e necessária, medidas que possam contribuir para o acesso à cultura, e que ao mesmo tempo possibilitem a realização da função social da propriedade intelectual, além de se mostrarem compatíveis com os princípios e valores fundamentais presentes na Constituição, são determinantes para o progresso. O regime das licenças apresenta-se dessa forma como uma

medida justa e adequada para situações de abuso no exercício do exclusivo de autor, a exemplo no caso de obras esgotadas. O licenciamento do exclusivo de obras esgotadas serve à realização do direito fundamental de acesso à cultura e ao atendimento da função social das criações intelectuais. E nesse ponto, o instituto torna-se um contributo ao propósito dos direitos autorais de buscar a harmonia de interesses público e privado e realizar o desenvolvimento em todas as dimensões. No trabalho foi utilizado o método de abordagem dedutivo, de procedimento monográfico e as técnicas de pesquisa documental indireta e direta.

Palavras-chave: tratados internacionais; constituição federal; acesso; cultura; licença; propriedade intelectual; obra intelectual;

Tipo: Tese de Doutorado

Título: O Domínio Público no Direito Autoral Brasileiro - Estrutura e Função

Autor: Sérgio Vieira Branco Júnior

Ano: 2011

Orientador: Maria Celina Bodin de Moraes

Universidade: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Resumo: O estudo do domínio público no direito autoral não se resume a analisar os prazos de proteção conferido às obras intelectuais. De tratamento escasso pela doutrina, o tema é bem mais complexo do que aparenta em um primeiro momento, abrangendo diversas áreas do direito e tendo implicações diretas na vida da sociedade. Uma vez que o direito autoral é composto de dois feixes distintos de direitos o patrimonial e o moral compreender o domínio público é, em primeiro lugar, determinar que efeitos decorrem do ingresso de determinada obra em domínio público quanto a cada um de tais grupos de direitos. Além disso, o impacto do domínio público se faz sentir em outras áreas jurídicas, como direito contratual, direito de propriedade, direito do consumidor, direito de família, direito das sucessões. Sem contar com a relação inevitável a aspectos econômicos e sociais relacionados ao uso de obras em domínio público. Esta tese procura determinar a estrutura jurídica do domínio público no direito autoral brasileiro a partir das leis atualmente em vigor, bem como traçar a função do instituto, a fim de dar ao domínio público a importância devida e estimular o desenvolvimento sócio-cultural do país.

Palavras-chave: domínio público; direitos morais; direitos patrimoniais; limitações;

Tipo: Tese de Doutorado

Título: Comunicação científica e direitos autorais: o acesso aberto e o avanço da pirataria

Autor: Walter Eler do Couto

Ano: 2022

Orientador: Sueli Mara Soares Pinto Ferreira

Universidade: Universidade de São Paulo - USP

Resumo: Nos últimos anos, avançou entre a comunidade científica internacional o uso de sites de compartilhamento como forma de acesso ao conhecimento. A popularização da chamada “pirataria das obras científicas” desestabilizou o sistema de comunicação da ciência, que produziu controvérsias. Este sistema, dominado pelo oligopólio de poucas editoras comerciais e pela atividade intensa de ativistas defensores do acesso aberto, precisou lidar com o compartilhamento massivo de arquivos, algo que outras indústrias de conteúdo já haviam experimentado, mas não a indústria da comunicação científica. Esta pesquisa é uma cartografia de controvérsias sobre a pirataria das obras científicas, que tem por objetivo descrever de maneira panorâmica os principais acontecimentos registrados no debate público. Para isso, foram usados métodos digitais, de base qualitativa, para pesquisar, registrar e descrever os principais atores da controvérsia, seus posicionamentos e os desdobramentos de suas ações. A controvérsia em questão foi debatida principalmente em tribunais, por meio de litígios na justiça, e em ambientes virtuais, por meio do debate em fóruns híbridos online. Durante a descrição dos acontecimentos, foi identificado que os direitos autorais foram um dos temas centrais em disputa. Em contraste com o movimento do acesso aberto, que se baseou exclusivamente nas licenças públicas como estratégia de ação (algo que inibiu o debate sobre os direitos autorais), os movimentos piratas incitam controvérsias sobre as teorias dos direitos autorais e sobre a reforma da legislação. Com base nesses achados, aprofundou-se a pesquisa teórica e histórica como forma de identificar as bases para a impressão amplamente compartilhada, mas raramente demonstrada sistematicamente, de que os direitos autorais não se adaptam bem ao campo científico. Para isso, estudou-se a origem da inserção das obras científicas no rol das obras protegidas pelos direitos autorais, a teoria da assimilação da obra científica pelas obras literárias, o conceito de “obra científica” e as principais contradições e antinomias das obras científicas. Em conclusão, foi observado que o movimento pelo acesso aberto pode ter errado ao investir apenas nas licenças públicas como caminho para a reforma editorial das ciências. O caso da pirataria das obras científicas demonstra que o debate sobre a proteção das obras científicas pelos direitos autorais é central para a reforma do sistema editorial da ciência, justamente porque as contradições e antinomias experimentadas pelos cientistas, editores e bibliotecários nesta seara são persistentes, antigas e, diante do avanço da pirataria, tendem a aumentar.

Palavras-chave: Comunicação Científica; Pirataria; Direitos Autorais; Obra Científica; Acesso Aberto;

PARTE II :

Dissertações

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: A Biblioteca Pública Digital: Direito Autoral e Acesso na Sociedade Informacional

Autor: Alexandre Ricardo Pessler

Ano: 2011

Orientador: Marcos Wachowicz

Universidade: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Resumo: O objetivo principal desta pesquisa é a análise do estatuto jurídico das bibliotecas pelo prisma do direito autoral, com ênfase no papel exercido pela biblioteca pública como instrumento de acesso à cultura e à informação, e como é possível manter esta missão no ambiente digital. O primeiro capítulo da pesquisa apresenta, a partir da doutrina selecionada, conceitos sobre a sociedade informacional e suas relações com o Direito. Traz ainda as bases normativas do princípio do acesso à informação, em diversos níveis, bem como iniciativas filosóficas e autoregulatórias para organização de informações técnicas ou intelectuais. O segundo capítulo descreve o funcionamento do sistema internacional de direitos autorais e traça um panorama de seus limites, com ênfase para as interpretações de organismos multilaterais. Por fim, o terceiro capítulo apresenta um histórico das bibliotecas e de suas bases jurídicas e normativas, observações sobre os institutos da digitalização e disponibilização de obras por bibliotecas, bem como apresenta algumas propostas legislativas no nível internacional, com as conclusões encontradas.

Palavras-chave: biblioteca; compilações; uso; uso didático; uso não comercial; obra literária; biblioteca;

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: A Função Social dos Direitos Autorais: Uma Interpretação CivilConstitucional dos Limites da Proteção Jurídica. Brasil: 1988 - 2005

Autor: Allan Rocha de Souza

Ano: 2005

Orientador: Ricardo Pereira Lira

Universidade: Faculdade de Direito de Campos - FDC

Resumo: Esta dissertação visa compreender os limites da proteção jurídica dos direitos autorais, identificando sua função social contemporânea e a adequada interpretação das limitações e exceções aos direitos autorais, por meio da aplicação de uma interpretação civil-constitucional e foco na compatibilidade entre os interesses sociais, dos cidadãos e dos autores e titulares. Conclui que, com base no equilíbrio necessário entre os direitos fundamentais constitucionais e na função social da propriedade, a interpretação das limitações e exceções no Brasil deve ser necessariamente extensiva e não limitada aos casos específicos da legislação e, a partir daí, apresenta-se uma miríade de situação de uso justo legítimo não especificados na legislação atual.

Palavras-chave: autor; limitações; titular; direito civil; constituição;

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: A gestão coletiva de direitos de autor no Brasil e União Européia: o princípio da transparência no ambiente digital

Autor: Bibiana Biscaia Virtuoso

Ano: 2020

Orientador: Marcos Wachowicz

Universidade: Universidade Federal do Paraná - UFPR

Resumo: A gestão coletiva de direitos de autor constitui a principal forma de garantir o recebimento dos royalties advindo da execução pública de obras musicais. O instituto é responsável por garantir a proteção dos direitos de autor nos casos que é difícil o titular realizar o controle sozinho. No entanto, o sistema apresenta um grande problema com a falta de transparência na relação entre os titulares das obras e as associações de gestão coletiva. O presente trabalho busca definir o que seria transparência para o este sistema a partir da análise da legislação brasileira e europeia: a Lei 12.853/13 e a Diretiva 2014/26/UE. Entretanto, estas legislações são insuficientes, uma vez que não apresentam mecanismos efetivos de fiscalização. Casos como o IFPI Simulcasting e Radio OI x ECAD ilustram a dificuldade do Direito de acompanhar as novas tecnologias, em especial o streaming. Busca-se uma alternativa ao problema da fiscalização, apresentando a própria tecnologia como opção. As novas plataformas e serviços permitem que os titulares possam gerir suas obras, se tornando fiscais da gestão de direitos. As associações de gestão coletiva deixam de ser o centro da gestão, permitindo que os titulares e interessados saibam como os direitos são arrecadados e distribuídos, garantindo uma maior eficiência do sistema e colocando o autor-criador como sujeito ativo na gestão de seus direitos.

Palavras-chave: gestão coletiva; regulamentos; atos oficiais; ECAD;

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: Know how e poder econômico

Autor: Denis Borges Barbosa

Ano: 1982

Orientador: Fabio Konder Comparato

Universidade: Universidade Gama Filho - UGF

Resumo: Esta tese foi submetida à Universidade Gama Filho como um requisito para a grau de "Mestre em Direito" (L.M.) em 1981. Lida com as práticas restritivas associados ao know how dos acordos tal como aparecem sob o ponto de vista de países em desenvolvimento envolvidos numa economia orientada para o mercado, O autor começa por estabelecer o conceito de "propriedade de competição", ou "propriedade sobre a troca valor", como o eixo do controlo sobre o goodwill; esta "propriedade" é expressa como o rendimento razoavelmente esperado de um negócio ou como o valor da oportunidade de participar num determinado mercado. Como se refere a essa propriedade, existe uma propriedade real quando o seu titular tem o direito exclusivo de exportar a oportunidade, e uma quase-propriedade quando este direito é não exclusivo. Na primeira posição está o titular da patente; na segunda, o titular para saber como, sob a tradição romana de law de um direito subjectivo como o poder para agir legalmente na preservação do próprio interesse de alguém a oportunidade é realmente poder para negar bens de quem quer que os necessite ou deseje. Portanto, o quase... de saber como se pode exercer o poder econômico; o abuso de tal poder deve ser controlado, O autor mostra que, no que respeita ao desenvolvimento países como o Brasil, este abuso de poder econômico não é apenas punível como um ataque contra a concorrência, tal como é entendida nos Estados Unidos. Leis mas, em vez disso, como uma restrição ao desenvolvimento económico ou tecnológico. Por outro lado, o know how é a ferramenta informativa para assegurar que uma tecnologia é orientada para o mercado; consiste na soma de dados técnicos necessários para estruturar um negócio para obter lucro. O saber como acordo é, portanto, a transferência de tal estrutura de uma empresa concorrente para outra, ou da oportunidade de disputar um mercado equipado com tal estrutura. O autor analisa em profundidade a legislação brasileira pertinente relativa às restrições práticas em saber como os acordos e, num anexo, aplica a teoria em alguns aspectos práticos restrições, tendo em conta o direito comparado.

Palavras-chave: propriedade intelectual;

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: A proteção autoral das músicas e o acesso à cultura: um panorama da nova legislação brasileira e a reformulação do ecad

Autor: Eduardo José dos Santos de Ferreira Gomes

Ano: 2014

Orientador: Messias Guimarães Bandeira.

Universidade: Universidade Federal da Bahia - UFBA

Resumo: O objetivo desta dissertação é fazer uma avaliação global do sistema de direitos autorais de execução pública das músicas, no Brasil, e do mecanismo de gestão coletiva desses direitos, através do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD). Para isso são analisados os principais acordos internacionais sobre propriedade intelectual e os conceitos de Propriedade Intelectual e de Direitos Autorais. Também foi estabelecido um breve paralelo entre o Direito Autoral e o Copyright analisando as duas dimensões de proteção do sistema adotado pelo Brasil: patrimonial (exploração econômica) e moral (direito de paternidade, de manter a integridade da obra, entre outros). O ECAD foi submetido, no ano de 2011, à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar supostas irregularidades, tais como, o abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil, a necessidade de aprimoramento da Lei 9.610/98, além de fraudes na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral. A CPI resultou na promulgação da Lei n.º 12.853/13. Este trabalho resulta, portanto, em um breve histórico crítico do direito autoral brasileiro focado na CPI do ECAD e nas mudanças trazidas pela nova lei, como por exemplo, a criação de um órgão público de supervisão da gestão coletiva.

Palavras-chave: ECAD; propriedade intelectual; músico; execução musical;

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: A exploração comercial dos direitos conexos do ator - um estudo sobre a possibilidade de cessão destes direitos na obra audiovisual

Autor: Fernanda Galera Soler

Ano: 2019

Orientador: Newton Silveira

Universidade: Universidade de São Paulo - USP

Resumo: Quando se inicia o estudo dos direitos conexos ao de autor é possível notar que estes direitos se distanciam dos direitos de autor em si, frente a amplitude de aplicação de seus direitos morais e/ou patrimoniais, há quem diga que até mesmo sua natureza é distinta. A fim de entender a real forma de proteção de tais direitos e verificar as possibilidades de exploração comercial dos direitos conexos, propõe-se o presente. Não há a intenção aqui de esgotar o tema e, tampouco, de contrariar a doutrina majoritária, mas apenas reanalisar a possibilidade de livre exploração das obras em que existem tais direitos, ora debater se é possível ocorrer à cessão dos direitos conexos ao de autor. Frente à amplitude de titulares de direitos conexos ao de autor e de obras que os mesmos podem estar inseridos, propõe-se uma análise a questão da reexibição das obras audiovisuais, frente aos direitos conexos dos atores, de forma a se entender se é possível por meio de um contrato realizar a cessão dos direitos conexos ao de autor dos atores para emissoras de radiodifusão e/ou produtoras audiovisuais. De forma que a posterior reexibição e/ou retransmissão destes conteúdos possa ocorrer, sem que seja necessário realizar qualquer novo pagamento, além daqueles já especificados e realizados no momento da formalização da cessão de tais direitos.

Palavras-chave: propriedade intelectual; autoria; cessão; direitos conexos;

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: O Direito de Autor na Multimídia

Autor: Guilherme Capinzaiki Carboni

Ano: 2001

Orientador: Silmara Juny de Abreu Chinelato e Almeida

Universidade: Universidade de São Paulo - USP

Resumo: Em nosso trabalho, pretendemos examinar os problemas de direito de autor relacionados à multimídia, entendida como qualquer combinação de texto, arte gráfica, som, animação e vídeo, transmitida pelo computador. A multimídia vem despertando o interesse de estudiosos das artes e das ciências, pois representa uma importante inovação tecnológica do final do século XX. As contribuições da tecnologia provocam reestruturações da sensibilidade humana e mudam nossa forma de percepção do mundo. A mutação que uma nova tecnologia provoca na vida humana é de tal importância, que chega a ser irrelevante o conteúdo que ela possa transmitir. A multimídia pressupõe uma significativa mudança no comportamento do usuário, que passa a controlar as informações transmitidas por ela transmitida. O texto de um livro, por exemplo, pode ser lido na tela do computador com imagens e sons simultâneos, controlados pelo usuário. Do mesmo modo, os CDs de música interativa permitem ao usuário, não apenas usar sua sensibilidade na percepção dos sons e imagens, como também tomar decisões racionais, quanto aos elementos a serem transmitidos.

Palavras-chave: direito de autor; multimídia;

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: Acesso às obras fonográficas na sociedade informacional: as relações com o sistema internacional de direito autoral

Autor: Guilherme Coutinho Silva

Ano: 2011

Orientador: Marcos Wachowicz

Universidade: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Resumo: Desde a criação do Sistema Internacional de Direito Autoral, no fim do século XIX, houve uma evolução na importância do tema, que se tornou preponderante para o desenvolvimento econômico e social. Conseqüentemente, surgiram novos instrumentos jurídicos sobre o tema, que aumentaram o nível de protetividade e abrangência deste sistema. O objetivo principal deste trabalho é analisar como a tutela internacional sobre o Direito Autoral se comportou diante das novas formas de acesso às obras fonográficas. Para tanto, no primeiro capítulo, é verificado como se desenvolveu a revolução industrial e, mais recentemente, a revolução da tecnologia da informação, com a construção da sociedade informacional e as conseqüentes mudanças de paradigmas em relação às formas de acesso das obras fonográficas. É analisada também a evolução dos suportes dos fonogramas, desde a criação do fonógrafo e os discos de cera até o formato mp3. No segundo capítulo é estudado como se desenvolveu o Sistema Internacional de Propriedade Intelectual e, mais especificamente, Direito Autoral, em relação mais especificamente às obras fonográficas. Os objetos são as principais convenções e tratados internacionais sobre o tema, a fim de compreender a relação entre as mudanças tecnológicas e as alterações na tutela das obras fonográficas, além de analisar se foram feitas mudanças significativas nos tratados internacionais para abranger as novas formas de acesso às obras fonográficas. Estas serão analisadas especificamente no terceiro capítulo, sob a ótica da teoria sobre as culturas da internet de Castells. Nesta parte final do trabalho serão analisados casos práticos importantes para compreender como se aplica a realidade informacional em relação aos fonogramas. Por fim, são trazidas as conclusões decorrentes da pesquisa.

Palavras-chave: acesso; inclusão em fonograma;

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: Ressurreição Digital: As consequências jurídicas da recriação digital post mortem de artistas e intérpretes

Autor: Gustavo Fortunato D'Amico

Ano: 2021

Orientador: Marcos Wachowicz

Universidade: Universidade Federal do Paraná - UFPR

Resumo: A ressurreição digital trouxe diversas mudanças à indústria cultural, principalmente quanto às saídas encontradas com relação a morte de celebridades. Se antes da ressurreição digital, a morte era tida como o encerramento da carreira dos intérpretes, agora é possível que celebridades falecidas, estrelem nas mais variadas obras, ou até mesmo saiam em turnê pelo mundo. Contudo, essa tecnologia trouxe alguns questionamentos quanto às performances post mortem, principalmente no que concerne às negociações comerciais pactuadas para a realização de tais projetos, sendo imprescindível entender como os direitos dos intérpretes falecidos são e serão resguardados, já que os projetos de ressurreição digital possuem como escopo principal sobrepor o rosto do artista falecido sobre o de outro artista que o está emulando. Diante disso, o objetivo do presente trabalho é analisar as consequências jurídicas trazidas por essa tecnologia ao recriar intérpretes para obras novas. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico para revisar os temas de inovação, direitos autorais, direito de imagem e processo civil, todos à luz da tecnologia de ressurreição digital. Ao final, foi possível concluir que a ressurreição digital é uma inovação que impacta significativamente o mercado, possibilitando uma forma nova de exploração comercial das celebridades falecidas. Quanto aos artistas recriados, estes não possuem direitos sobre as novas interpretações, que pertencem ao artista que efetivamente desenvolveu a atuação nova. Assim, não há tutela autoral para o artista recriado, restando-lhe a proteção à imagem, que continua sendo explorada economicamente. Diante disso, a legitimidade para reclamar a violação do direito do falecido artista, é de seus descendentes e estes podem, ainda, celebrar pactos processuais renunciando total ou parcialmente o direito de reivindicar em juízo indenizações pelo uso da imagem. Esse pacto assegura às empresas de entretenimento quanto ao investimento na tecnologia da ressurreição digital.

Palavras-chave: inovação; intérprete; artista-intérprete;

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: Direitos Autorais e a Política Pública de Fomento Indireto de Obras Audiovisuais Cinematográficas

Autor: Helder José Galvão e Silva

Ano: 2013

Orientador: Allan Rocha de Souza

Universidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Resumo: O objetivo desta dissertação é investigar a relação conceitual entre a Antropofagia e a Cultura do Remix, entender os conflitos no campo do direito autoral provocados pelas práticas de compartilhamento cultural, assim como analisar as políticas culturais desenvolvidas pelo Ministério da Cultura durante o Governo Lula, para adequar a legislação autoral à Cultura Digital. Tendo como ponto de partida o Manifesto Antropofágico de Oswald de Andrade, a pesquisa buscou compreender a metáfora criada pelo poeta brasileiro para investigar como esta foi apropriada ao longo do tempo, chegando ao século 21 no contexto digital. Como os antropófagos, os usuários da internet se apropriam da cultura em processos colaborativos de hibridação cultural. As práticas que surgiram com a digitalização da cultura ocorrem à revelia dos direitos do autor, explodindo a noção de autoria ao transformá-la num território compartilhado entre amadores e profissionais. Tal realidade impacta a forma como a indústria cultural opera, causando uma guerra pelos direitos autorais. Neste conflito, o Estado brasileiro, por meio do Ministério da Cultura, conquista uma posição de destaque internacional ao se lançar o desafio de elaborar, em conjunto com a sociedade, políticas culturais para adaptar as leis autorais à cultura digital.

Palavras-chave: autor; autoria; cultura; políticas culturais;

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: Antropofagia digital: a questão autoral no tempo do compartilhamento

Autor: Helena Klang

Ano: 2011

Orientador: Erick Felinto Oliveira

Universidade: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Resumo: O objetivo desta dissertação é investigar a relação conceitual entre a Antropofagia e a Cultura do Remix, entender os conflitos no campo do direito autoral provocados pelas práticas de compartilhamento cultural, assim como analisar as políticas culturais desenvolvidas pelo Ministério da Cultura durante o Governo Lula, para adequar a legislação autoral à Cultura Digital. Tendo como ponto de partida o Manifesto Antropofágico de Oswald de Andrade, a pesquisa buscou compreender a metáfora criada pelo poeta brasileiro para investigar como esta foi apropriada ao longo do tempo, chegando ao século 21 no contexto digital. Como os antropófagos, os usuários da internet se apropriam da cultura em processos colaborativos de hibridação cultural. As práticas que surgiram com a digitalização da cultura ocorrem à revelia dos direitos do autor, explodindo a noção de autoria ao transformá-la num território compartilhado entre amadores e profissionais. Tal realidade impacta a forma como a indústria cultural opera, causando uma guerra pelos direitos autorais. Neste conflito, o Estado brasileiro, por meio do Ministério da Cultura, conquista uma posição de destaque internacional ao se lançar o desafio de elaborar, em conjunto com a sociedade, políticas culturais para adaptar as leis autorais à cultura digital.

Palavras-chave: autoria; uso; cultura;

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: Usos Transformativos na Obra Audiovisual Documental: entre a liberdade de expressão cultural e a proteção dos direitos autorais

Autor: Joana Campinho Rabello Corte Real Delgado

Ano: 2015

Orientador: Allan Rocha de Souza

Universidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Resumo: Este trabalho consiste em analisar as formas de realização dos direitos de propriedade a partir das transformações históricas de natureza socioeconômica e jurídica que levaram à compreensão da justificativa moderna dos direitos autorais. No que tange à história da propriedade, ela nos remete aos distintos modelos jurídicos construídos em torno da propriedade tais como a common law (base do copyright) ou a legislação romana (base do droit d'auteur) que refletem processos históricos específicos. Ressalta-se que o triunfo da propriedade moderna, exclusiva, livre, absoluta e perfeita tem aspectos jurídicos e políticos que vinculam a retórica proprietária a uma justificação que perpetua uma solução histórica dominante baseada na concepção de leis que foram empregadas na sociedade, direta e instrumentalmente, para a imposição de um poder de classe. Ressaltando o aspecto econômico que circunda as obras intelectuais, incorpora-se ao debate as reflexões sobre a propriedade privada e os comuns (commons), avultando as teorias da tragédia dos comuns, do anticommons e do quadro de feixes de direitos de propriedade calcado na análise institucional e desenvolvimentista da economia, identificando a maneira pela qual a construção plural e dinâmica da propriedade reflete a possibilidade de utilização das obras existentes para efetivação dos usos transformativos das obras protegidas por direitos autorais. Analisa-se o direito de propriedade brasileiro e seu reflexo nos direitos autorais a partir da perspectiva civil-constitucional, discutindo-se os conceitos de autoria, de originalidade, de obra artística, das limitações aos direitos de autor e a dificuldade de sua implementação no que tange aos usos transformativos na obra audiovisual documental. De forma transversal ao tema, debate-se de que forma a lei de direitos autorais privilegia o capital financeiro em detrimento do capital cultural e de que forma políticas públicas devem ser encaradas para efetivação dos usos transformativos, fato que nos remete à concretização dos direitos fundamentais ao acesso à cultura, à educação, à liberdade de expressão e criação cultural, à informação e ao conhecimento. Dessa forma, conclui-se que a construção de um mecanismo baseado em princípios que são informados e vinculados a um exame das normas e práticas criativas de determinada comunidade criadora, com vocabulários e experiências específicas, como o Código de Boas Práticas, é um meio eficiente para efetivar a promoção de novas produções culturais, fornecendo esclarecimentos e oportunidades para outros criadores utilizarem materiais protegidos na construção de uma obra audiovisual documental nova.

Palavras-chave: obra audiovisual; produção audiovisual; obra artística; limitações;

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: 'Sobre Ombros de Gigantes': Open Access, Creative Commons e o Cenário dos Periódicos Brasileiros de Direito

Autor: Jordan Vinícius de Oliveira

Ano: 2018

Orientador: Marcos Vinício Chein Feres

Universidade: Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Resumo: Esta pesquisa tem por objetivo analisar o cenário dos periódicos científicos brasileiros, com foco nos periódicos da área de Direito. Os elementos analisados são os padrões de licenciamento, de acesso e de custeio destes veículos. Os dados diretos analisados foram obtidos a partir da coleta destes elementos junto ao site de cada um dos periódicos da área de direito e de outras áreas do conhecimento que compuseram a amostragem de pesquisa. A questão a qual o estudo deseja responder trata do desenho institucional destes periódicos, indagando se ele demonstra um reforço ou uma ruptura com a interpretação legalista do direito autoral. Em termos metodológicos, a pesquisa promove uma análise empírica e qualitativa pelo auxílio de três conceitos basilares expostos por Epstein e King, a saber: inferência descritiva, implicações observáveis e hipótese rival. O substrato teórico que guia a análise está contido nas noções de dever e de aspiração da lei, conforme Zenon Bankowski. A principal conclusão é de que há uma tendência de ruptura com os padrões proprietários nos periódicos da área de Direito e, de maneira mais ampla, no cenário científico nacional, com vistas a oferecer conteúdo científico aberto e livre. Entretanto, a influência proprietária e restritiva para o acesso ao conhecimento científico nestes veículos ainda subsiste.

Palavras-chave: acesso; licença; propriedade intelectual;

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: Impacto das inovações em serviço no mercado brasileiro de música: o caso da tecnologia streaming

Autor: Leonardo de Moraes Morel

Ano: 2017

Orientador: Paulo Bastos Tigre

Universidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Resumo: O presente estudo analisa os impactos dos serviços de streaming interativos de música, ou webcast on demand, nos modelos de negócio adotados no mercado brasileiro da música gravada e nos seguintes agentes produtores dessa cadeia produtiva: a indústria fonográfica (titulares de direitos), os artistas (interpretes), músicos e compositores. A inserção de novos agentes nesse mercado, como Spotify, Deezer e Apple Music, acarretou o surgimento de modelos de negócio com base em novos formatos de consumo que vêm se difundindo no Brasil. A música gravada passou a ser consumida sob a forma de serviço gerando recuperação financeira aos agentes da indústria fonográfica e novos desafios aos músicos e compositores. O consumidor brasileiro tornou-se o maior beneficiário da difusão do streaming de música por poder ter acesso remoto a um vasto acervo musical de forma barata, ou gratuita, sem a necessidade de ocupar espaço nos discos rígidos e/ou telefones celulares. Em contrapartida, a remuneração oferecida por esses serviços vem sendo foco de conflitos entre os agentes envolvidos. Os resultados da pesquisa apontam que o modelo de negócio proposto pelos provedores de streaming no Brasil tem um grande potencial de difusão por conta da proliferação dos smartphones e do aumento da banda de conexão à Internet no país. Por outro lado, a insatisfação e desconfiança por parte dos músicos e compositores com relação à remuneração recebida refletem na falta de engajamento da classe artística à difusão desse serviço no Brasil.

Palavras-chave: propriedade intelectual; músico; composições musicais; execução musical;

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: A Viabilidade Legal da Engenharia Reversa de Programas de Computador no Brasil sob a Legislação Autoral e o seu Potencial como Fonte de Inovação

Autor: Luca Schirru

Ano: 2015

Orientador: Denis Borges Barbosa

Universidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Resumo: O presente estudo tem como objeto a análise do potencial inovador e da viabilidade legal da engenharia reversa de programas de computador sob a legislação autoral nacional, com maior ênfase às práticas realizadas por meio da descompilação e da análise black box, largamente discutidas na literatura e nos julgados envolvendo tal prática. A engenharia reversa de programas de computador poderia se constituir como uma importante fonte de inovação em um setor marcado por externalidades de rede e tendências de concentração ao permitir a interoperabilidade e fomentar a competitividade nesse setor. Entretanto, tal prática não encontra disposição legal expressa no arcabouço legal brasileiro, razão pela qual o presente estudo se dedicará a analisar a sua viabilidade legal sob o Direito Autoral nacional mediante o estudo da legislação nacional e dos tratados internacionais relacionados à Propriedade Intelectual, bem como da doutrina e jurisprudência nacional e internacional. No que se refere ao potencial inovador dessa prática também serão realizados comentários sobre os possíveis efeitos positivos e negativos em um determinado mercado advindos da permissibilidade ou da proibição dessa prática. Os resultados encontrados não permitem afirmar que a prática da engenharia reversa de programas de computador será sempre permitida legalmente ou que sempre se constituirá como uma prática de incentivo à inovação. Portanto, além de apresentar algumas das hipóteses onde a prática da engenharia reversa seria permitida sob a Legislação autoral brasileira, o presente estudo buscará propor critérios para a aferição da viabilidade legal e do potencial inovador da prática da engenharia reversa de programas de computador no Brasil.

Palavras-chave: propriedade intelectual; programas de computador; autoria; inovação;

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: A Tutela Jurídica de Trabalhos Criativos Feitos por Aplicações de Inteligência Artificial no Brasil

Autor: Lukas Ruthes Gonçalves

Ano: 2019

Orientador: Marcos Wachowicz

Universidade: Universidade Federal do Paraná - UFPR

Resumo: Programas de computador feitos com tecnologia de Inteligência Artificial (IA) já evoluíram ao ponto de serem capazes de produzir obras complexas, mesmo se comparadas àquelas produzidas por humanos. Porém, a literatura jurídica brasileira atual deixa de tratar sobre a maneira que devem tuteladas as obras criadas por aplicações de IA. Essas, quando não são decorrência direta de sua programação básica, começam a revelar sinais de criatividade. O objetivo desse trabalho, assim, é verificar como se daria a tutela jurídica desses bens em solo brasileiro. Para isso, apresenta-se a definição de Inteligência Artificial e as de trabalho criativo, autor e titular para o direito do autor. Em seguida, faz-se uma análise desses conceitos com base no paradigma da Sociedade Informacional de Castells. Do mesmo modo, analisa-se o processo legislativo da legislação autoral vigente no país, buscando-se sua motivação. Por fim, a partir do conceito de obra do jurista alemão Eugen Ulmer, verifica-se a possibilidade da legislação brasileira de tutelar obras criadas por esses programas de computador. Como resultado, verifica-se que a tecnologia e a lei seriam incompatíveis, por partirem de paradigmas diferentes. Enquanto a primeira busca a maior difusão de informações, a segunda busca seu controle. Como conclusão, propõem-se duas maneiras de tutelar esse tipo de obra levando-se em conta a legislação nacional vigente, dada a ausência de perspectiva de alteração legislativa a curto e médio prazos. A primeira admite que a obra produzida por uma aplicação de IA poderia ser protegida pela legislação nacional de Direito Autoral. Já a segunda afasta essa possibilidade.

Palavras-chave: programas de computador; autoria; titular; inteligência artificial;

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: O Direito de Autor na Obra Jornalística

Autor: Manoel Joaquim Pereira dos Santos

Ano: 1980

Orientador: Antonio Chaves

Universidade: Universidade de São Paulo - USP

Resumo: A atuação dos meios de comunicação social no mundo contemporâneo tem despertado a atenção dos estudiosos para a influência por eles exercida em diversos aspectos da sociedade humana. Nesse sentido, costuma ser ressaltado que o fato mais significativo dos últimos cem anos é sem dúvida, a presença das massas, fenômeno decorrente sobretudo da penetração dos veículos de comunicação coletiva. Por outro lado, a ampla difusão das informações tornou-se uma preocupação constante, resultado da necessidade de todos os indivíduos vivenciarem o cotidiano e participarem da evolução do presente. Embora o conhecimento da atualidade sempre tenha sido uma necessidade natural do ser humano, o homem passa a viver sob o império da notícia na medida em que o acesso às informações torna-se possível a um número indeterminado de pessoas.

Palavras-chave: direito de autor; obra jornalística;

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: Implicações Políticas e Jurídicas dos Direitos Autorais na Internet

Autor: Mariana Giorgetti Valente

Ano: 2013

Orientador: José Eduardo de Oliveira Faria

Universidade: Universidade de São Paulo - USP

Resumo: A expansão comercial da Internet deu origem a novas questões jurídicas, e com elas novas disputas pela melhor forma de regulação. Um dos campos que sofreram mais impacto com a Internet foi o dos direitos autorais, devido às renovadas possibilidades de distribuição de obras intelectuais. Formou-se uma polarização entre defensores de um enrijecimento de direitos autorais, representados principalmente pelas indústrias de conteúdo e de software, e defensores do acesso a esses materiais, com base em novos modelos de negócios. Esta última posição é tributária, dentre outros valores, da chamada cultura da Internet, que caracteriza uma forma de produção e compartilhamento de bens intelectuais que se estabeleceu durante as décadas pré-comoditização da Internet. A pressão pelo que chamamos maximalismo autoral resultou em novas leis e tratados internacionais, que serviram de base para o que se estabeleceu como guerra contra a pirataria. Perdendo espaço nas arenas oficiais, os defensores de modelos abertos de produção de software e cultura desenvolveram modelos alternativos privados, de adesão voluntária, como resistência e preservação de um corpo de bens intelectuais livres. O precursor deles é o movimento software livre, que estabeleceu um modelo que viria a ser aproveitado por outras comunidades, como foi o caso do Creative Commons. Analisamos, neste trabalho, o cenário ao qual estes dois movimentos se contrapõem, investigamos as alternativas jurídicas que eles colocam, e o impacto que este modelo regulatório provocou nos respectivos meios. Apesar de compartilharem estratégias, os dois movimentos dizem respeito a objetos e comunidades de características próprias, com consequências distintas nos resultados atingidos e nos possíveis desdobramentos futuros.

Palavras-chave: obra intelectual; acesso; software; exemplares ilícitos; licença;

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: Direito de autor, limites e interesse público

Autor: Marissol Barbosa de Souza Pinheiro

Ano: 2017

Orientador: José Alberto Coelho Vieira

Universidade: Universidade de Lisboa - UL

Resumo: A presente dissertação se propõe a analisar o direito de autor e seus limites, de forma que seja possível verificar se o interesse público que os conduz desde sua matriz anglosaxônica encontra-se atendido e presente na atualidade. Adotou-se uma ótica que pretender obter uma visão geral, por meio do estudo da codificação internacional acerca dos dois principais sistemas vigentes em três localizações distintas, nos dois principais eixos culturais do globo terrestre, Reino Unido e Estados Unidos, pelo copyright, Europa, exemplificado em Portugal pelo sistema continental europeu, bem como num país em desenvolvimento, o Brasil. Estas três óticas para tentativa de verificar a existência de algum sistema ideal e se existem soluções práticas jurídicas suficientes e eficazes para reconduzir o direito de autor ao interesse público no direito internacional e no ordenamento brasileiro.

Palavras-chave: autoria; limitações; interesse público;

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: Mineração de dados, Big Data e direitos autorais no Brasil

Autor: Miguel Bastos Alvarenga

Ano: 2020

Orientador: Allan Rocha de Souza

Universidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Resumo: A presente dissertação de mestrado tem por objetivo investigar os efeitos exercidos pelo Direito Autoral e seu sistema de limitações sobre a inovação no Brasil, diante do crescimento de tecnologias intensivas em megadados e inteligência artificial e dos problemas de acesso ao conteúdo de bancos de dados, enquanto material protegido pelo Direito de Autor. Adota-se a perspectiva de um Direito Autoral pautado na valorização do interesse público e no incentivo à atividade criativa, e de um Estado voltado ao estímulo da inovação aberta e à criação de competências para inovar dentro das empresas. O trabalho se baseia em pesquisa bibliográfica e documental, fazendo uso de técnicas de análise de conteúdo para a seleção, agrupamento e interpretação dos documentos utilizados no estudo. Foram coletados documentos oficiais e legislação de diversos países, com foco maior no Brasil, no Japão e na União Europeia. Constata-se que o reforço indiscriminado do Direito Autoral nas últimas décadas levou ao surgimento de lacunas regulatórias que limitam o acesso à informação por empresas de menor porte. Por outro lado, observa-se o crescimento de modelos de gestão colaborativa de dados como forma mais rentável de gestão da inovação e a adoção, por diversos países industrializados, de reformas legislativas no sentido de adequar suas legislações autorais para incentivar a inovação aberta e elevar a competitividade das empresas originárias desses países. Ao mesmo tempo, nota-se a escassez desta discussão no Brasil, tanto no âmbito governamental como entre as empresas. Assim, conclui-se pela necessidade de se investir em políticas públicas que promovam maior acessibilidade aos bancos de dados e a pertinência de uma limitação de Direito Autoral para mineração de dados e texto no Brasil entre essas políticas, bem como a criação de canais de diálogo mais estreitos entre academia, governo e setor privado, nos quais se possa conhecer melhor as necessidades das empresas brasileiras e apresentar, de forma mais adequada, as vantagens de uma gestão mais aberta dos dados.

Palavras-chave: autoria; limitações; software; mineração de dados;

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: Direito de autor no desenho industrial

Autor: Newton Silveira

Ano: 1980

Orientador: Antonio Chaves

Universidade: Universidade de São Paulo - USP

Resumo: A dicotomia entre os direitos de Propriedade Industrial e os Direitos de Autor, o primeiro tradicionalmente enquadrado como ramo do Direito Comercial, os segundo como disciplina do Direito Civil, traz ao jurista motivo de perplexidade ao se defrontar com certas criações que parecem querer fugir do rígido enquadramento, vacilando seu campo de incidência e surgente a existência de uma terceira categoria de direitos que comporiam uma zona gris de proteção a criações alcançadas, de forma ambivalente, tanto a forma quanto a função. A incerteza no enquadramento de tais tipos de obras pode levar o aplicador da lei a pecar por excesso, ampliando a proteção dessas obras mistas de modo a criar restrições ao avanço tecnológico ou a pecar por escassez, negando ao autor o legítimo exercício de seus direitos de criação.

Palavras-chave: direito de autor; desenho industrial;

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: A Autoria das Obras Autonomamente Geradas por Inteligência Artificial e o domínio do público

Autor: Pedro de Perdigão Lana

Ano: 2020

Orientador: Alexandre Libório Dias Pereira

Universidade: Universidade de Coimbra - UC

Resumo: A autoria de obras geradas autonomamente por inteligência artificial se tornou nos últimos anos uma das grandes questões do Direito de Autor, não só pela sua importância prática como pelo resgate de discussões importantes sobre institutos, estrutura e a própria justificação de existência dos direitos intelectuais. Em nossa investigação, fazemos uma breve retomada histórica das famílias modernas de direitos de autor europeus, delimitando as diferenças essenciais entre o copyright e o droit d'auteur, incluindo nesse último o Urheberrecht. Esses sistemas se distanciaram e se aproximaram novamente em um contexto comercial e tecnológico de globalização, identificado no advento da sociedade informacional, cujos efeitos foram especialmente fortes na Europa. Elencamos então as principais teorias (e suas respectivas forças e fraquezas) que justificam a existência do Direito de Autor, diferenciando-as da discussão sobre natureza e estrutura, e apontando a predominância atual da análise econômica do direito na formulação de políticas públicas de propriedade intelectual. O difícil equilíbrio entre os diversos interesses envolvidos é esmiuçado, sendo colocado ao lado do papel que o complexo conceito de domínio público, que está em constante construção, tem para todo o sistema dos direitos intelectuais. Entrando no cerne da investigação, abordamos as questões gerais de autoria, como a separação entre autor e titular originário, a flexibilidade de sua noção legal e a relação entre originalidade e criação humana, assim como algumas mais específicas e pertinentes para o contexto das obras geradas de forma independentes. No último e mais importante capítulo, enquadrámos o problema a ser trabalhado e sua relevância concreta, assim como algumas das incompatibilidades que podem ser causadas no sistema vigente e as respostas institucionais que estão sendo adotadas em diferentes partes do mundo. Encaminhamos o texto para sua última parte ao apresentar as principais propostas de regulação, começando pelas amplas possibilidades de a inteligência artificial ser mera ferramenta e, depois, a total inadequação de que ela venha a ser considerada uma autora. Dentre as propostas mais sérias, consideramos detalhadamente a atribuição de direitos às pessoas humanas “por trás” de máquina, ressaltando que o melhor caminho para isso seria não a imputação de autoria, mas sim criação de um direito conexo ou sui generis para estimular a indústria das inteligências artificiais criativas. Porém, ao observar a integralidade das questões envolvidas, concluímos que não há evidências para justificar a criação de um regime para tutelar essas obras artificialmente criadas, argumentando que o melhor e mais coerente caminho é o da ausência de proteção e de pertencimento originário ao domínio público, tanto por ser a posição padrão da maior parte dos sistemas jusautorais hoje, como ser efetivamente a

alternativa que mais cumprirá os fins da propriedade intelectual. Ao fim, sugerimos que, caso se deseje legislar mesmo diante de todo esse quadro, seria mais sensato promover uma reestruturação do Direito de Autor e torná-lo um instrumento de regulação da economia criativa, afastando-o de vez do caráter de um direito natural dos criadores intelectuais.

Palavras-chave: autoria; obra protegida; inteligência artificial; domínio público; obra intelectual;

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: Função social da propriedade intelectual: compartilhamento de arquivos e direitos autorais na CF/88

Autor: Pedro Nicoletti Mizukami

Ano: 2007

Orientador: Maria Garcia

Universidade: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP

Resumo: Notando que na literatura jurídica brasileira as discussões em torno das dimensões constitucionais dos direitos autorais são raras e insuficientes, ainda mais em se tratando de temas ligados à atual crise da propriedade intelectual, a presente dissertação procurou investigar quais as respostas que Constituição brasileira poderia oferecer ao fenômeno do compartilhamento de arquivos na Internet, partindo da hipótese de que a delimitação do conteúdo da função social da propriedade, inserida no art. 5º, inciso XXIII da CF/88, poderia oferecer soluções adequadas para o problema. Com fundamentação na teoria das quatro modalidades de regulação de Lawrence Lessig, adotou-se uma abordagem de análise interdisciplinar que não ignora problemas de dogmática jurídica, mas os insere em um plano teórico que privilegia a discussão em torno de quais políticas públicas seriam as mais desejáveis em relação a um regime ideal de exceções aos direitos autorais. Concluiu-se que há espaço para uma interpretação da Constituição que autorizaria a prática do compartilhamento de arquivos, bem como outras condutas afins, argumentando-se, por outro lado, que uma política maximalista de propriedade intelectual extrapola qualquer interpretação razoável da dimensão constitucional dos direitos autorais, e que as limitações implementadas infraconstitucionalmente pela Lei n.º 9.610/98 são insuficientes para suprir o que é exigido pela função social da propriedade intelectual e, conseqüentemente, inconstitucionais se interpretadas restritivamente. No tocante aos aspectos teórico-metodológicos específicos de ciência do direito, optou-se por uma perspectiva kelseniana em um nível metateórico, e a aplicação separada de abordagens distintas no plano teórico: a teoria estruturante de Friedrich Müller, e a teoria dos direitos fundamentais de Robert Alexy, cada qual com suas particulares conseqüências metodológicas.

Palavras-chave: propriedade intelectual; limitações;

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: Marco Civil e Reforma da Lei de Direitos Autorais: a relação entre sociedade e Estado no meio cibernético

Autor: Raphael de Souza Silveiras

Ano: 2014

Orientador: Gilda Figueiredo Portugal Gouvea

Universidade: Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Resumo: O presente trabalho investiga a atuação do Estado e da sociedade civil a partir de duas consultas públicas realizadas pela Internet no Brasil: Marco Civil da Internet e reforma da Lei de Direito Autoral. Foca-se principalmente a atuação do Estado, mais especificamente o modo como ele exerceu o poder nesses espaços, tendo como referência teórica a concepção de poder em Michel Foucault. A consulta pública para o Marco Civil da Internet se realizou entre 2009 e 2010 com o objetivo de obter uma relação harmônica entre direito e rede por meio da regulamentação da Internet no Brasil. A consulta para a reforma da Lei de Direito Autoral (LDA) aconteceu no ano de 2010 e teve uma segunda fase em 2012. Ela foi realizada com a finalidade de manter o equilíbrio entre direito de acesso a conteúdos e o direito autoral, visto que a Lei atual de Direito Autoral (9610/98) está defasada frente ao desenvolvimento de novas tecnologias. A dissertação se divide em duas partes e um capítulo com considerações finais. A primeira apresenta a Internet e as possibilidades interpretativas que se colocam para um objeto de análise que está inserido neste meio, apresentando e problematizando as concepções teóricas que permeiam este trabalho. A segunda parte trata das duas consultas públicas realizadas pela Internet tendo como objetivo a compreensão da gênese desses espaços consultivos e o modo como essas consultas se desenvolveram. O último capítulo assume um caráter conclusivo, buscando compreender qual o caminho que essas consultas públicas apontam em relação à atuação do Estado brasileiro na Internet com a construção desses dois entre os inúmeros "espaços" que compõem estes meios eletrônicos, como o Estado está lidando com a Internet no que diz respeito à maior participação da sociedade civil na constituição de políticas públicas.

Palavras-chave: políticas públicas; acesso; autoria;

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: Os Direitos autorais como fator de desenvolvimento da economia criativa

Autor: Rodrigo Otávio Cruz e Silva

Ano: 2013

Orientador: Marcos Wachowicz

Universidade: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Resumo: O objetivo desta dissertação consiste em analisar os direitos autorais como um fator de desenvolvimento da economia criativa. No curso da história da humanidade, a criatividade foi determinante para a evolução social, cultural, econômica e humana. Como atributo do ser humano, ela é responsável por todo tipo de inventividade capaz de mostrar novos rumos para o futuro. Ela determina os movimentos sociais, as tecnologias aplicadas e as manifestações culturais e artísticas. É a criatividade que, ao conceber e sugerir o novo, contribui para o desenvolvimento em todas as suas dimensões. A sociedade industrial, pautada no modelo da ordem liberal burguesa, sob a égide do individualismo e do patrimonialismo, em que a produção de bens centrava-se na escassez material de insumos naturais não-renováveis, evoluiu para o paradigma da sociedade informacional, fortemente influenciada pela revolução das tecnologias da informação, em que o fluxo e o acesso a informação e ao conhecimento atingiram uma dimensão jamais vista. Com o novo paradigma social, o conhecimento - e, depois dele, a criatividade - passou a elemento central da economia. Assim, a nova economia pauta-se no simbólico, na abertura, na diversidade e no livre acesso a cultura e ao conhecimento para a produção de bens e serviços imateriais criativos. Logo, se a nova economia é criativa para o seu desenvolvimento, deve-se investir no estímulo da criatividade das pessoas. Para isso, destacam-se os direitos autorais, que podem viabilizar o acesso a cultura e ao conhecimento em prol do interesse público. Verifica-se como problemática, nesse sentido, a necessária reforma da atual Lei dos Direitos Autorais (LDA), por conservar a essência privatista e individualista do modelo liberal em defesa dos interesses dos autores. Apresentam-se como fundamentos para a reforma da LDA prerrogativas como o direito ao desenvolvimento, o direito de acesso a cultura e a realização da função social dos direitos autorais. Pensar uma lei autoral que viabilize o acesso a imaterialidade criativa é fundamental para estimular a nova economia. O desafio que se apresenta é encontrar o equilíbrio entre os interesses privados dos autores e empresas e o interesse público sobre as obras autorais. Para tanto, os direitos autorais apresentam-se como um fator de desenvolvimento para a economia criativa. No trabalho foi utilizado o método de abordagem dedutivo, de procedimento monográfico e a técnica de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: acesso; cultura; economia criativa; obra artística;

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: Direitos Autorais na Internet e o Uso de Obras Alheias

Autor: Sérgio Vieira Branco Júnior

Ano: 2006

Orientador: Maria Celina Bodin de Moraes

Universidade: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Resumo: Esta obra se estrutura em torno de um problema. De um fundamental e crescente problema contemporâneo que extrapola os limites da normatividade dogmática. E vai além das questões hermenêuticas jurisprudenciais. Aponta para o impacto do desenvolvimento tecnológico e suas inesperadas, e ainda não totalmente identificadas, consequências para o mundo jurídico. Não um mundo jurídico abstrato, mas um mundo jurídico como conduta social, como o mundo dos nossos hábitos, proibidos e permitidos, legais e ilegais. Em suma, trata-se de um problema civilizatório, uma vez que seus efeitos são sentidos tanto em escala global e na estrutura da sociedade, quanto em problemas cotidianos, do dia-a-dia de cada um. Em Sergio Branco, a estrutura deste problema é clara. Em primeiro lugar, descreve didaticamente a atual legislação brasileira de direito autoral, sobretudo a Lei dos Direitos Autorais - LDA e a Constituição Federal, de maneira simples e compreensível. É o arcabouço normativo do problema. Em segundo lugar, enumera as dificuldades por que passa este arcabouço nos dias de hoje. Trata-se de legislação e práticas interpretativas de uma cultura jurídica defasada inspirada numa realidade social, econômica e tecnológica que não mais existe.

Palavras-chave: uso; autoria;

Tipo: Dissertação de Mestrado

Título: A adoção do modelo de Recursos Educacionais Abertos no Programa Nacional do Livro e do Material Didático

Autor: Tassiana Cunha Carvalho

Ano: 2021

Orientador: Tel Amiel

Universidade: Universidade de Brasília - UnB

Resumo: O Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD é a política de distribuição de materiais didáticos de maior alcance no país atualmente, abrangendo todos os alunos e professores da rede pública em toda a educação básica. Detentores de direitos autorais inscrevem suas obras para avaliação segundo critérios de edital e aquisição conforme a escolha de professores em todo o país. À escolha, feita com base no conjunto de coleções aprovadas, segue-se a compra, que adquire obras licenciadas com a manutenção dos direitos patrimoniais do seu detentor original. Do advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e da ascensão de uma cultura digital própria do mundo da internet, surgem também os Recursos Educacionais Abertos (REA), que tem impacto direto no ambiente educacional. São materiais e recursos de natureza diversa que servem ao processo de ensino-aprendizagem e que, como critério mínimo, são licenciados de forma aberta, permitindo seu usufruto, e, dependendo da licença aberta, inclusive a produção derivada, sem necessidade de permissão prévia do autor ou detentor de direitos autorais. A partir da apresentação dos princípios e trajetória dos movimentos pela abertura na educação e de REA, da trajetória das ações governamentais relacionadas a materiais didáticos no âmbito federal e da problematização do arranjo atual do PNLD, o presente trabalho explora quais as principais potencialidades e constrangimentos para a adoção de licenças abertas no âmbito dessa política pública. Sob o enquadramento do modelo de análise de políticas públicas elaborado por John Kingdon - o modelo de fluxos múltiplos, são identificados elementos principais das perspectivas de problemas, de soluções e política, e estes passam a estruturar questionários para a realização de entrevistas qualitativas com os atores relevantes para o processo de tomada de decisão governamental nesse contexto.

Palavras-chave: materiais didáticos; recursos educacionais abertos; Programa Nacional do Livro e do Material Didático; políticas públicas;

LISTA DE TRABALHOS CLASSIFICADA POR AUTOR E TRABALHO

Alexandre Henrique Tavares Saldanha:

Proconstrução dos direitos autorais pela perspectiva dos direitos humanos para uma economia criativa inclusiva na cibercultura (2016);

Alexandre Ricardo Pessert:

O direito de acesso aos dados sobre obras musicais e fonogramas: blockchain, distribuição direta e domínio público no ambiente digital (2020);

A Biblioteca Pública Digital: Direito Autoral e Acesso na Sociedade Informacional (2011);

Allan Rocha de Souza:

Os Direitos Culturais e as Obras Audiovisuais cinematográficas: entre a proteção e o acesso (2010);

A Função Social dos Direitos Autorais: Uma Interpretação Civil-Constitucional dos Limites da Proteção Jurídica. Brasil: 1988 - 2005 (2005);

Bibiana Biscaia Virtuoso:

A gestão coletiva de direitos de autor no Brasil e União Européia: o princípio da transparência no ambiente digital (2020);

Bruno Costa Lewicki:

Limitações aos direitos do autor reeleitura na perspectiva do direito civil contemporâneo (2007);

Carlos Affonso Pereira de Souza:

O abuso do direito autoral (2009);

Cláudio Lins de Vasconcelos:

Mídia e Propriedade Intelectual: A Assimetria da Eficácia do Marco Normativo Pós-TRIPS e a Indústria Televisiva (2009);

Denis Borges Barbosa:

Know how e poder econômico (1982);

Eduardo José dos Santos de Ferreira Gomes:

Vedação à cessão de direitos autorais: uma abordagem constitucional e culturalista (2018);

A proteção autoral das músicas e o acesso à cultura: um panorama da nova legislação brasileira e a reformulação do ecad (2014);

Fernanda Galera Soler:

A exploração comercial dos direitos conexos do ator - um estudo sobre a possibilidade de cessão destes direitos na obra audiovisual (2019);

Guilherme Capinzaiki Carboni:

A Função Social do Direito de Autor e sua Regulamentação no Brasil (2005);
O Direito de Autor na Multimídia (2001);

Guilherme Coutinho Silva:

Gestão coletiva e remuneração do autor: novas perspectivas (2018);
Acesso às obras fonográficas na sociedade informacional: as relações com o sistema internacional de direito autoral (2011);

Gustavo Fortunato D'Amico:

Ressurreição Digital: As consequências jurídicas da recriação digital post mortem de artistas e intérpretes (2021);

Helder José Galvão e Silva:

Direitos Autorais e a Política Pública de Fomento Indireto de Obras Audiovisuais Cinematográficas (2013);

Helena Klang:

Crítica cibernética à proteção autoral (2016);
Antropofagia digital: a questão autoral no tempo do compartilhamento (2011);

Heloísa Gomes Medeiros:

A sobreposição de direitos de propriedade intelectual no software: coexistência entre direito de autor e patente na sociedade informacional (2017);

Joana Campinho Rabello Corte Real Delgado:

Usos Transformativos na Obra Audiovisual Documental: entre a liberdade de expressão cultural e a proteção dos direitos autorais (2015);

Jordan Vinícius de Oliveira:

'Sobre Ombros de Gigantes': Open Access, Creative Commons e o Cenário dos Periódicos Brasileiros de Direito (2018);

Leonardo de Moraes Morel:

Impacto das inovações em serviço no mercado brasileiro de música: o caso da tecnologia streaming (2017);

Luca Schirru:

Direito Autoral e Inteligência Artificial: Autoria e Titularidade em Produtos da IA (2020);
A Viabilidade Legal da Engenharia Reversa de Programas de Computador no Brasil sob a
Legislação Autoral e o seu Potencial como Fonte de Inovação (2015);

Lukas Ruthes Gonçalves:

A Tutela Jurídica de Trabalhos Criativos Feitos por Aplicações de Inteligência Artificial no
Brasil (2019);

Manoel Joaquim Pereira dos Santos:

Objeto e Limites da Proteção Autoral de Programas de Computador (2003);
O Direito de Autor na Obra Jornalística (1980);

Marcelo Miguel Conrado:

A arte nas armadilhas dos direitos autorais: uma leitura dos conceitos de autoria, obra e
originalidade (2013);

Mariana Giorgetti Valente:

Reconstrução do Debate Legislativo sobre Direito Autoral no Brasil: os anos 1989-1998 (2018);
Implicações Políticas e Jurídicas dos Direitos Autorais na Internet (2013);

Marissol Barbosa de Souza Pinheiro:

Direito de autor, limites e interesse público (2017);

Miguel Bastos Alvarenga:

Mineração de dados, Big Data e direitos autorais no Brasil (2020);

Nayara Fátima Macedo de Medeiros Albrecht:

Cultura, Poder e Democracia: O Lobby das Indústrias Criativas sobre Políticas de Direitos
Autorais no Brasil (2019);

Newton Silveira:

Licença de uso de marca e outros sinais no Brasil (1982);
Direito de autor no desenho industrial (1980);

Paulo Cezar Vieira Guanaes:

Abertura e compartilhamento de dados de pesquisa subjacentes a artigos científicos: questões do direito autoral (2020);

Patrícia Carvalho da Rocha Porto:

A Cumulação de Direitos de Marcas e Direitos Autorais e seus impactos nas políticas públicas de acesso ao conhecimento (2017);

Pedro de Perdigão Lana:

A Autoria das Obras Autonomamente Geradas por Inteligência Artificial e o domínio do público (2020);

Pedro Nicoletti Mizukami:

Função social da propriedade intelectual: compartilhamento de arquivos e direitos autorais na CF/88 (2007);

Raphael de Souza Silveiras:

Marco Civil e Reforma da Lei de Direitos Autorais: a relação entre sociedade e Estado no meio cibernético (2014);

Rebeca dos Santos Garcia:

Violações a direitos de autor: o plágio em perspectiva crítica (2021);

Rodrigo Otávio Cruz e Silva:

Sociedade informacional, direitos autorais e acesso: o problema das licenças compulsórias de obras literárias esgotadas no Brasil (2020);

Os Direitos autorais como fator de desenvolvimento da economia criativa (2013);

Sérgio Vieira Branco Júnior:

O Domínio Público no Direito Autoral Brasileiro - Estrutura e Função (2011);

Direitos Autorais na Internet e o Uso de Obras Alheias (2006);

Tassiana Cunha Carvalho:

A adoção do modelo de Recursos Educacionais Abertos no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (2021);

Walter Eler do Couto:

Comunicação científica e direitos autorais: o acesso aberto e o avanço da pirataria (2022);

